

Índice

2 Editorial
Final de mandato
Ten Brig Ar Ivan Frota

4 CAER - Departamento Cultural
Seminário: “A Amazônia e a
Realidade Brasileira”
A Redação

6 CAER - Departamento Cultural
Curso Humanidades e Cine Asa
A Redação

8 A problemática indígena
no Brasil
Manoel Soriano Neto
Cel Inf e Estado-Maior
Historiador Militar

13 Colóquios com
Roraima
Brig Ar Tarso Magnus
da Cunha Frota

16 COMARA, 50 anos vencendo
desafios e integrando o Brasil
Jesse Ribeiro da Silva
Ten Cel (CD-DDS)

22 Academia Brasileira de
Filosofia homenageia a
Ministra Ellen Gracie
João Ricardo Moderno
Pres. da Academia Brasileira
de Filosofia

25 Anotações sobre a teoria
marxista do partido
Carlos Ilich Santos Azambuja
Historiador

26 O Estado: retorno aos
ideais da Idade Média?
Manuel Cambeses Júnior
Cel Av

28 O neopopulismo no contexto da
América do Sul
Ricardo Vélez Rodríguez
Filósofo da UFJF

30 Regras de mais e
princípios de menos
Luís Mauro Ferreira Gomes
Cel Av

32 CATRE: o que foi e o que
devia ter sido...
Maj Brig Ar Lauro Ney Menezes



34 Ciência e tecnologia
Antonio Carlos de Freitas Pedrosa
Cel Av

36 Planejamento de missões de
ataque em diferentes “Teatros
de Operações Modernos”
Daniel Ferreira Manso
1º Ten Av

41 Resgatando a história
Mario Kallfelz
Cel Av

42 Visões do Correio
Brig Ar Orlanil Mariano Lima de
Andrade

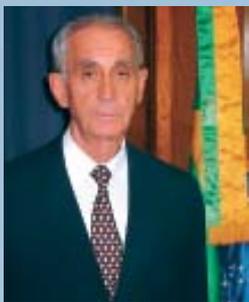
44 Ressaca
Luiz Artur Juruena de Mattos
Médico

46 O sagrado e o profano
Severo Hryniewicz
Professor de Filosofia da
Faculdade João Paulo II

48 Charge
Ivo Batalha
Cel Av

EDITORIAL

Ten Brig Ar Ivan Frota



Discurso de despedida proferido pelo Presidente do CAER que se retira

FINAL DE

Neste momento de transmissão do cargo de Presidente do Clube de Aeronáutica, desejo externar o meu mais profundo sentimento de orgulho pessoal por ter dirigido esta prestigiosa Associação que representa, socialmente, os oficiais da Aeronáutica, em âmbito nacional.

Ao assumir essa Presidência em conjuntura adversa e complicada, empenhei-me, com afinco, para tentar resolver-lhe os grandes problemas estruturais e reorganizar seu funcionamento.

Foram 1.588 dias de dedicação exclusiva, que marcaram os dois mandatos de minha passagem pela condução dos destinos desta Associação, durante os quais elegi, como prioridade máxima, o resgate do seu nome, procurando mantê-lo no mais elevado nível, possível.

REGULARIZAÇÃO foi o compromisso administrativo e a palavra de ordem das atividades desempenhadas em todos os níveis e setores, tais como: grandes questões judiciais, contratuais, fiscais, contábeis, imobiliárias, certidões negativas de tributos públicos, escrituras, registros, alvarás, documentos normativos etc.

Nos pronunciamentos e atitudes públicas, bem como nos honrosos trabalhos conjuntos na Comissão Interclubes Militares, com os co-irmãos Clubes Naval e Militar, procurei, sempre, representar, com dignidade e altivez, os anseios da maioria do nosso Quadro Social, oferecendo pronta colaboração para as proposições de âmbito coletivo, do interesse dos Clubes, das Forças Armadas e do próprio País.

Entretanto, tudo isso é passado, e pretendo, agora, falar do presente e do futuro.

Julgo que uma importante conquista adicional de nossa administração é a de estar entregando, hoje, neste ambiente festivo e engalanado, esta Presidência, ao Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista, detentor de um brilhante currículo profissional, construído por destacada trajetória na Força Aérea, onde transitou, sempre, por importantes cargos administrativos e operacionais.

Mercê desses méritos, alcançou o Comando da Aeronáutica, após ter passado pelo Superior Tribunal Militar, do qual foi, também, Presidente.

Ressalte-se que este fato é fruto do inegável crescimento do prestígio do Clube, tanto na Comunidade Aeronáutica e na Militar, em geral, como na própria sociedade nacional, sobressaindo, ainda, o excelente relacionamento mantido com os demais Clubes Militares.

Está, pois, de parabéns o Clube de Aeronáutica, ficando eu lisonjeado por ser substituído por tão importante personalidade, que, certamente, ampliará os resultados alcançados, com destaque para a preservação da integridade do importante patrimônio reconquistado.

Diante desse quadro de otimismo e entusiasmo, torna-se oportuno exortarmos os colegas inativos e ativos, dos Cadetes e Aspirantes aos Oficiais-Generais, ainda não sócios, a que venham participar conosco, como novos membros da Associação que os representa em todo o Brasil.

Nos dias atuais, nenhuma microssociedade logrará sobreviver se não se organizar em um grupo coeso e homogêneo, suficientemente forte e influente, para emprestar-lhe presença conseqüente na vida do País.

MANDATO

É fundamental, pois, que os Associados não encarem o Clube somente como uma entidade recreativa, mas sim, e muito mais, como representativa de sua classe e imprescindível para lhes dar espaço e voz no contexto da sociedade maior.

Os brasileiros enfrentam, hoje, o desrespeito pelas leis e a anemia da autoridade, com perigosos indícios de desagregação da cidadania.

Vivemos num País onde deveriam o LEGISLATIVO fazer e fiscalizar a Lei; o JUDICIÁRIO dizer o que é a Lei; e o EXECUTIVO cumpri-la, mas, na realidade, o que vemos é um EXECUTIVO que faz sua própria Lei e descumpre outras; um LEGISLATIVO que nem a faz e nem fiscaliza; e um JUDICIÁRIO que tenta dizer o que é a Lei, mas não tem força para fazê-la cumprida.

Esse é o caos republicano vigente, onde o ESTADO de DIREITO é mera figura de retórica.

Paradoxalmente, as Forças Armadas, escolhidas como a entidade mais confiável do País, em recente pesquisa de opinião, não têm conseguido transformar essa credibilidade em influência política que sirva para protegê-las de injustas críticas à instituição, por deslizes de membros isolados.

Por outro lado, a referida primazia de confiabilidade, concedida aos militares pela vontade popular espontânea, atribui-lhes a inelutável responsabilidade de guardiões complementares do próprio Estado de Direito no País, seriamente desgastado pelos desmandos e ilegalidades, bem como por vergonhosa impunidade, notoriamente, atribuídos aos escalões de mais elevado nível.

Daí, a imprescindível participação do corpo social da

Família Militar para assumir posições públicas que não podem ser adotadas pelo estamento fardado, por força dos regulamentos.

O Brasil é um dos países mais bem aquinhoados pela natureza. Nada lhe falta, sejam recursos naturais estratégicos, neles incluídas excepcionais riquezas minerais e espantosa biodiversidade, sejam imensas áreas agriculturáveis, envolvidas por inigualáveis condições climáticas e infindáveis reservas aquíferas.

Assim, é grande a cobiça internacional e são muitas as ameaças de desagregação nacional, quer pela ausência de autoridade, no campo moral, quer pela omissão frente aos riscos de perda de parcelas estratégicas do território pátrio, a duras penas conquistadas por nossos antepassados.

Portanto, os Clubes Militares, além de seu papel básico de congregadores da Família Militar, mais do que nunca, isoladamente ou em conjunto, precisam, também, colaborar com a sociedade, na sua luta contra a imoralidade e a amoralidade públicas, para garantia dos seus direitos individuais e coletivos, para defesa do patrimônio público e para a preservação da soberania nacional.

Aqui, agora, ao final dessa caminhada, sem dúvida, um dos maiores desafios da minha vida, depois de alcançar sua integral recuperação e lograr consolidar-lhe a plena personalidade jurídica, restituindo-lhe a fé em si mesmo, tenho o subido orgulho de entregar o nosso Clube de Aeronáutica de volta ao seu Quadro Social, com o nome e o patrimônio preservados e confiante para retomar a caminhada gloriosa no rumo do aprimoramento de sua importantíssima destinação ■



Departamento Cultural



SEMINÁRIO A Amazônia e a Realidade Brasileira





Há dois anos, o Departamento Cultural constituiu um seleto grupo de estudos composto de civis e militares, o qual vem se reunindo para discorrer sobre questões relacionadas à Soberania Nacional e ao Pensamento Político brasileiro.

Para concretizar este pensamento no meio da sociedade nacional foi idealizada a realização de Seminários, sendo o primeiro deles em maio de 2007, com o tema de **Reforma Política e Soberania Nacional** e com a presença do Senador Jefferson Pérez.

No ano seguinte, no dia 29 de maio de 2008, o segundo Seminário – **A Amazônia e a Realidade Brasileira** – reuniu personalidades da Cultura, da Política e dos círculos militares do Brasil. Este, contou com três palestrantes: o Governador de Roraima; um eminente membro da Academia Brasileira de Letras; e o Presidente da Academia Brasileira de Filosofia.

O evento foi presidido pelo Ten Brig Ar Ivan Frota, Presidente do Clube de Aeronáutica, que, preocupado com o risco da **“Internacionalização da Amazônia”**, considera imprescindível a realização do debate com todos os segmentos da sociedade, quanto aos rumos do desenvolvimento sustentável

daquela área, a qual se constitui em mais de 60% do território do Brasil.

O Governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, manifestou sua preocupação com as demarcações indiscriminadas, preconizando, também, a reversão de algumas já existentes, tendo, por iniciativa própria, instruído uma Ação junto ao STF contra a demarcação **“contínua”** na Raposa Serra do Sol, a qual, sob sua perspectiva e profundo conhecimento, deveria ter sido feita em **“ilhas”**, não só para que não haja risco à Soberania Nacional, bem como não venha a prejudicar o desenvolvimento sustentável do estado que governa. Outras preocupações do seu Governo referiam-se à excessiva presença de ONGs e do risco na atual divisão de grupos indígenas por ideologias religiosas.

O Sociólogo e membro da Academia Brasileira de Letras, Hélio Jaguaribe, alertou o País sobre a insensata formulação da Política Indigenista, a qual se caracteriza por estenderem-se, no seu texto, demarcações de reservas até ao limite de nossas fronteiras, sem que se leve em conta os 150 km de recuo previstos na sua interiorização. Lembrou que foi o General Rondon, no início do século XX quem, originariamente, formulou a política correta. Não o **“Jardim Antropológico”** de hoje, orientado por etnólogos.

Sob o lema **“Morrer se necessário, matar, nunca”**, Rondon, ele mesmo descendente de índio, partiu do princípio de que, como brasileiro nativo, o indígena deveria ser induzido, pacificamente, a se incorporar à cidadania, recebendo conveniente educação e assistência.

O Doutor João Ricardo Moderno, Presidente da Academia Brasileira de Filosofia, abordou, com propriedade consubstanciada, a Declaração da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, a qual, embora tenha obtido a assinatura do nosso País no Protocolo, referendando seu texto, foi alvo da abstinência de outros países como os EUA, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia, em cujos territórios habitam indígenas, porque a Declaração da ONU sobre os direitos dos povos indígenas entrega o País aos interesses estrangeiros, sob o pretexto da defesa dos direitos humanos. Acentuou o eminente Doutor Moderno que as Forças Armadas Brasileiras têm uma longa tradição de amor ao indígena e jamais permitiram condenáveis práticas de genocídio.

O Seminário do dia 29 de maio contou com a presença de um público recorde, com cerca de 500 participantes, incluindo-se profissionais de vários veículos de comunicação da imprensa e da mídia eletrônica nacional ■



Durante a palestra, da esquerda para a direita: João Ricardo Moderno, Hélio Jaguaribe e José de Anchieta Júnior



Ten Brig Ar Ivan Frota procede à abertura do Seminário



Cine ASA

Novidade em termos de cinema

Comentários sobre detalhes, com participação coletiva

A nova iniciativa do Departamento Cultural do nosso Clube tem atraído, neste período de 14 de maio a 24 de junho, um público cada vez maior para as sessões das terças-feiras, no horário das 14h às 16h. A reinauguração será no dia 5 de agosto.

Por enquanto as apresentações têm sido pautadas em cenários de conflitos. Há intervenções intermediárias explicativas do Major Moreira Neto, cuja finalidade não é apenas a de demonstrar que tais situações têm acelerado a indústria e a tecnologia, que, durante os terríveis eventos, espelham momentos dramáticos e inumanos, mas também, para destacar que desenvolvem a Ciência para fins pacíficos e para se constituírem ensinamentos humanitários.

Servem, ainda, de alerta para despertar a verdadeira brasilidade em nosso País, sob o exemplo de outros povos do Planeta, porque nenhuma Nação está livre dos riscos inerentes a ambições alienígenas.

Para futuro, estão programadas exposições sobre arte e a atuação do 1º Grupo de Aviação de Caça na Itália.

Já foram exibidas as seguintes obras clássicas e os documentários: *Batalha de Midway* (14/05); *A Águia Pousou* (20/05); *Memphis Belle* (27/05); *A Batalha da Praia* (03/06); *Cartas de Tóquio* (10/06); *Torá Torá Torá* (17/06); *Batalha das Ardenas* (24/06) ■

Encerramento do



Mesa diretora do evento

No dia 24 de junho, foi presidido pelo Ten Brig Ar Octávio Júlio Moreira Lima, Diretor do INCAER, na Sala de Convenções do Clube de Aeronáutica, o evento de Encerramento do Curso de Humanidades promovido pelo Departamento Cultural do Clube.

Este Curso foi adaptado para nossa regionalidade contemporânea, após experimentação de duas entidades de ensino estrangeiras por duas décadas. Tomou por base os cursos análogos americanos e ingleses (St. John's College – EUA e Open University – Inglaterra), com roteiros aptos a facilitar a leitura relacionada às obras científicas e literárias que o fundamentam. Contou com as seguintes disciplinas e respectivos docentes:

Cultura Ocidental: Francisco Martins de Souza; **Filosofia:** João Ricardo Moderno; **Ciência Política:** Umberto de Campos Carvalho Netto; **Moral:** Tarso Magnus da Cunha Frota; **Filosofia da Religião:** Marcela Maria; **Ciências:** Pedro Ivo Seixas; **Artes Plásticas:** Araken Hipólito da Costa; **Cinema:** Geraldo Edson de Andrade; **Música:** Ubirajara Carvalho da Cruz e **Ópera:** Fernando Bicudo.

A Mesa Diretora estava composta pelo Dr. João Ricardo Moderno, Presi-

dente da Academia Brasileira de Filosofia; pelo Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista, ex-Comandante da Aeronáutica; ao centro, o Ten Brig Ar Moreira Lima; o Ten Brig Ar Ivan Moacyr da Frota, Presidente do CAER; e Dom Antônio Augusto, Representante Eclesiástico.

Coube aos membros da Mesa a entrega dos Certificados aos 38 alunos do Corpo Discente, tendo atuado como Orador dessa Primeira Turma de Formandos o Cel Int David de Andrade Teixeira.

Além da distribuição do PIN, símbolo criado em alusão à defesa da Soberania Nacional, também foram entregues carteiras aos 19 pesquisadores

Destaque do emérito Quadro Docente do Curso de Humanidades



Curso de Humanidades



Apresentação dos incansáveis componentes dos Grupos de Estudo

dos Grupos de Estudo e, ainda, proporcionados brindes aos 10 mestres, em sinal de gratidão pelo espontâneo apoio ao longo do Curso.

Ao final, o Brigadeiro Frota agradeceu ao Professor Dr. Francisco Mar-

tins de Souza, da Academia Brasileira de Filosofia, por ter sido sempre uma pessoa presente, provavelmente um dos primeiros Mestres nesta Instituição, outorgando-lhe um certificado de *Amigo do Clube de Aeronáutica* ■



Homenagem



Cel Marco
Antônio

Diretor Financeiro
do CAER

Por intermédio da “*Revista Aero-náutica*”, veículo de comunicação oficial do Clube de Aeronáutica, prestamos as homenagens póstumas ao Coronel Intendente MARCO ANTÔNIO PEREIRA NOGUEIRA, falecido no dia oito de abril de 2008.

Possuidor de rara inteligência e de irretocável probidade durante toda a sua carreira militar e, também, na sua vida pessoal e familiar, tinha extrema facilidade de angariar a simpatia de todas as pessoas que dele se aproximassem ou mesmo daqueles que o viam pela primeira vez.

Na Ativa, o Coronel Nogueira assessorou, chefiou e comandou diversificadas Organizações de Intendência na Força Aérea Brasileira (FAB), culminando com o cargo de Diretor do Depósito Central de Intendência (DCI). Possuía todos os cursos da carreira, inclusive o da Escola Superior de Guerra (ESG). Ao passar para a Reserva, veio exercer o cargo de Diretor do Departamento Financeiro do Clube de Aeronáutica com eficiência, falecendo vítima de problemas cardíacos, em uma lamentável madrugada, quando ainda no exercício daquele cargo e deixando uma lacuna no peito de amizade dos seus colegas de setor, bem como nos demais setores e na Presidência do CAER.

A missa de sétimo dia da sua perda em nosso meio foi celebrada no Salão Marechal-do-Ar Henrique Fleiuss, desta Instituição, pelo Capelão Cel Campos do Terceiro Comando Aéreo Regional (III COMAR) ■



Manoel Soriano Neto
Cel. Inf. e Estado-Maior
Historiador Militar
msorianoneto@hotmail.com

A Problemática

Considerações Preliminares

A Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo VIII – Dos Índios – nos artigos 231 e seus parágrafos, e 232, estabeleceu normas a respeito do assunto. O “*caput*” do precitado artigo 231 reza, “*ipsis verbis*”: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. É preciso que se atente para a expressão “os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”, ou seja, **ocu-**

pavam, em 5 de outubro de 1988, quando da promulgação de nossa Lei Magna. Assim, os índios brasileiros só teriam direito às terras que ocupassem naquela data, como assinalou, com acurácia, o eminente jurista Ives Gandra. Entretanto, por força de uma muito complacente, liberal e abusiva legislação infraconstitucional (Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, que dispõe sobre a demarcação de terras indígenas) com base em laudos antropológicos da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), eles passaram também a ter direito às terras que dispunham no passado longínquo (“*imemoriais*”), de difícilíssima precisão, evidentemente. Por isso, os indígenas

são donos, hoje, de 13% do território nacional, discriminando-se, de forma injusta, o restante da população brasileira. A propósito, aduza-se, por ilustração, que está em curso um processo semelhante, “*mutatis mutandis*”, de concessão de terras a comunidades quilombolas (para não falar nas famigeradas cotas raciais para ingresso de sedizentes negros ou “*afro-descendentes*”, nas Universidades), processo esse que também vem sofrendo acerbas críticas de acendrados patriotas que não desejam ver o amado Brasil em desagregação social e, mais ainda, fracionado em sua inigualável integridade territorial, herdada de nossos avoengos lusitanos.



Zacharias Wagener
Homem e Mulher Tupi
Thierbach
1634-1641

Indígena no Brasil

Em decorrência do anteriormente exposto, foram demarcadas, em área contínua e em faixa de fronteira (!), descomunais Reservas Indígenas, como a lanomâmi (uma etnia “inventada” por antropólogos, como nos deu conta o saudoso Coronel Carlos Alberto Menna Barreto, em seu livro “*A Farsa lanomâmi*”), e a Raposa Serra do Sol, nas “orelhas” ou “chifres” do estado de Roraima, correspondendo a quase metade de seu espaço territorial. Isso equivale a uma verdadeira “reterritorialização” do mais jovem e pobre estado brasileiro, que se inviabilizou como ente autônomo da Federação, só e tão-somente só para a satisfação de interesses escusos da ONU e de nações

hegemônicas, igualmente com espreque em controvertidos argumentos, repise-se, de antropólogos da FUNAI, de que os silvícolas necessitam “perambular”, para sobreviver...

Traçadas essas observações iniciais, para melhor entendimento do tema, passemos a analisá-lo em maiores detalhes.

Aspectos Históricos de Relevância

a) A causa indígena remonta à nossa proto-história, devendo-se fazer menção à Igreja Católica, particularmente ao pioneirismo dos jesuítas da Companhia de Jesus, que, desde o século XVI, deram proteção aos aborígenes brasileiros, tudo

fazendo para livrá-los da escravidão e da perseguição praticada por não-índios. Extraordinária nesse sentido foi a abnegada atuação dos padres José de Anchieta e Antônio Vieira. Digno de nota, igualmente, foi o processo de evangelização desenvolvido por jesuítas, franciscanos, salesianos, dominicanos, capuchinhos e outros, que pode ser considerado como a gênese da integração dos silvícolas à civilização trazida pelos portugueses, integração essa que correntes neo-humanistas (tendo à frente a FUNAI, o CIMI – Conselho Indigenista Missionário, ONG’s nacionais e estrangeiras e diversas outras Entidades) vêm duramente criticando. A causa em comento, hoje umbilical-



mente ligada à ambientalista, foi percutidamente estudada por eminentes brasileiros e estrangeiros, por meio dos mais diversos vieses, como o Marquês de Pombal, José Bonifácio, um dos maiores adeptos da tese de integração dos índios ao todo nacional; o escritor José de Alencar e os poetas Gonçalves Dias e Basílio da Gama, inspiradores do *“indigenismo”*, uma corrente da literatura brasileira; os escritores Gilberto Freyre e Antônio Calado; os sertanistas irmãos Villas Boas; o etnólogo Darci Ribeiro; o médico Noel Nutels; os cientistas e pensadores Lévi-Strauss, Curt Unkel e Von Lhering, e tantos outros. Entretanto, o mais gigante deles foi o insigne Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, Chefe do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Ele labutou com afinco naquele órgão, afirmando, desde sempre, que o fazia *“para a realização do sonho de José Bonifácio”*, na formulação de uma política cujo escopo era *“a incorporação definitiva e espontânea do índio à civilização brasileira”* (o atual presidente da FUNAI, demonstrando um total desconhecimento histórico, para dizer o mínimo, vem distorcendo o pensamento do ínclito Marechal, que sempre lutou, com muito afã, pela aculturação dos índios!). O seu lema: *“Morrer se preciso for; matar, nunca!”*

b) Como hoje se evidencia o sonho de José Bonifácio e de Rondon não foi concretizado, mercê do ideário neoliberal, internacionalista e entreguista dos responsáveis pela condução da Política Indigenista brasileira, que visa, de forma sectária, apartar as tribos, da comunidade nacional. Tal Política é, portanto, *“lamentável para não dizer caótica”* (como afirmou, recentemente, o General Heleno, Comandante Militar da Amazônia), bastando observar-se um único exemplo: os indígenas de Roraima constituem somente 9% da população do estado e ocupam quase 50% de seu território, em duas colossais Reservas que fazem fronteira com países vizinhos, como já assinalamos, e cujo subsolo é riquíssimo em minerais estratégicos, de terceira geração. Acrescente-se que, em todo o Brasil, onde são apenas uma parcela de 0,2% da população, os índios estão estabelecidos em uma área total, que tende a se ampliar, de um milhão e 114.000 quilômetros quadrados, correspondente a 13% de toda a extensão territorial brasileira. Algo, pois, está errado e urge que seja consertado o quanto antes, para evitarmos surpresas funestas à Soberania Nacional, como foi a recente Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas, aprovada pela ONU, com o absurdo voto do Brasil.

O País Traído

a) A implosão da brasilidade

O nosso País é fruto do *“lusotropicalismo”*, como nos ensinou Gilberto Freyre. A consolidação da nacionalidade brasileira se fez, basicamente, por uma intensa miscigenação e pela notável unidade lingüística e territorial, processo que foi consubstanciado com a chegada da Corte portuguesa, em 1808, há duzentos anos, tudo redundando na invejável Unidade Nacional deste País-Continente. Diga-se que o Marquês de Pombal, em 1759, não mais permitiu que o País tivesse dois idiomas, instituindo o Português como língua oficial do Brasil, eis que o *“nheengatu”*, língua indígena tupi, conhecida como *“língua geral”*, crescia entre a população, chegando a superar o idioma lusitano. Em suma, a nossa nacionalidade é de extração essencialmente portuguesa. Ela não provém das malocas indígenas, nem das cubatas africanas ou de outras etnias, que, inegavelmente, também muito contribuíram para tal. É disto que nos devemos ufanar, máxime no presente ano, quando celebramos o duocentenário da vinda de Dom João para o Brasil.

Desafortunadamente, entretanto, maus brasileiros desejam implodir esse belo legado lusitano, na tentativa (que vem obtendo êxito, consigne-se) de conce-



Vila indígena. Suarís, Pará

der aos diversos grupos indígenas, um “*status*” totalmente diferenciado do restante da população, como se não fôssemos uma só Nação e um só Povo. Assim, deturpam, propositadamente, o conceito semântico de “*Nação*”, a fim de estendê-lo aos aborígenes, com o intuito de conceder-lhes autodeterminação e soberania territorial em relação ao Estado brasileiro, em frontal testilha com os artigos 1º e 4º da CF/88, o que pode redundar no fracionamento da unidade territorial e lingüística, alcançadas com ingentes sacrifícios por nossos ancestrais, ao longo de pouco mais de cinco séculos. É disto que passaremos a tratar.

b) A Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas

– Como se não bastasse a aprovação do Decreto nº 5.051/2004, que promulgou a lesiva e inconstitucional Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), com relação aos “*povos indígenas e tribais*”, na qual é repetida, exaustivamente, a expressão “*povos indígenas*” (que é uma porta aberta para a criação de enclaves ultranacionais, com vistas à internacionalização da Amazônia), a ONU aprovou, em 13 de setembro de 2007, com o voto do Brasil, a Declaração em epígrafe, que beneficiará 370 milhões de indígenas em todo o mundo.

– O grande objetivo deste Protocolo internacional é o enfraquecimento dos Estados Nacionais, crime de lesa-pátria, com a intenção de seccioná-los, por meio de ações independentistas de etnias tribais, criando-se Estados dentro de Estados. Aduza-se que já existem estudos no sentido de serem instaladas, em algumas aldeias das terras indígenas brasileiras, zonas francas de livre-comércio com o exterior, operadas pelos índios, com vistas à exploração de minérios e da fauna e flora da biodiversidade amazônica; tudo isso faz parte do que hoje se denomina de “*guerra ou estratégia de quarta geração*”, ou seja, quando um Estado Soberano sofre uma “*invasão branca*”, por parte de entidades e organizações, normalmente a serviço de potências globais, como as ONGs – predadoras e espiãs. Elas são como “*tropas de ocupação*”, sucedâneas de adestradas e bem equipadas tropas de um Exército invasor, com o desiderato de impedir, no caso, o desenvolvimento e o usufruto, pelos brasileiros, da Hiléia Amazônica, visando à sua internacionalização. Os pregoeiros desses despautérios, que vêm brandindo, iterativamente, argumentos favoráveis à causa ambientalista-indigenista, tão em moda, hodiernamente, citam exemplos de velhos Estados como a Espanha (onde existem províncias com elevado grau de

autonomia), como o Vaticano, na Itália, vários Principados etc., que podem conviver com as populações das Nações hospedeiras. Para eles, nada há de novo ou de anormal, se forem criadas “*Nações Indígenas*” no Brasil, pois acreditam no velho mito de que “*o bom selvagem deve ser segregado dos males do mundo*”, como preleciona uma malsinada antropologia de cariz ideológico e antipatriótico, empalmada pela FUNAI, pela CNBB, pelo CIMI, pelo Ministério da Justiça, “*et cetera*”.

– Tudo começou no ano de 1993, declarado pela ONU, como “*Ano Internacional dos Povos Indígenas*”, quando foi elaborada uma minuta sobre os Direitos desses Povos, origem da dita Declaração, à qual o Brasil sempre se opôs. Porém, de uma hora para outra, de forma estupefaciente, votou a favor da mesma, que foi aprovada por 143 países, com 11 abstenções e apenas quatro votos contrários: os do Canadá, dos Estados Unidos, da Nova Zelândia e da Austrália.

– A Declaração é composta de seis Partes, com 15 parágrafos “*preambulares*” e 30 “*operativos*”, cujos termos integrais poderão ser compulsados no portal da ONU: www.onu-brasil.org.br.

Mas atentemos somente para três dos ditames insculpados nessa infeliz Resolução: “*Os indígenas terão livres estru-*

turas políticas, econômicas e sociais, especialmente seus direitos a terras, territórios e recursos". **Observação:** assim, ficam criados Estados dentro de Estados Nacionais e/ou estabelecidos enclaves no País considerado, onde os índios poderão reivindicar a independência.

"Os indígenas têm direito à autodeterminação, de acordo com a lei internacional". **Observação:** por este mandamento, os silvícolas é que arbitrarão, autônoma e livremente, as suas relações com os Estados nos quais habitam.

"O Estado deve reconhecer a necessidade de desmilitarização das terras e territórios dos povos indígenas".

Observação: eis uma cláusula de gravíssima implicação para as FFAA, que terão, *"verbi gratia"*, de desativar e retirar das terras indígenas (TI), os Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) e as Bases Aéreas.

E saliente-se, por muito relevante, que a precitada Declaração, se aprovada pelo Congresso, nos termos abaixo transcritos, incorporar-se-á à Constituição, *"ex vi"* da Emenda Constitucional nº 45/2004, já recepcionada pela CF/88, em seu parágrafo 3º, do artigo 5º, com a seguinte dicção: *"Os Tratados e Convenções Internacionais sobre direitos humanos, que forem aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quartos de seus membros, serão equivalentes às emendas constitucionais"*. Ora, uma legislação recém-incorporada à Lei Maior, que dá ensejo à fragmentação de nosso território e à luta fratricida, afigura-se falsa, deletéria e ilegal, e se conflita, relembre-se, com os mandamentos dos artigos 1º e 4º da mesma Carta Magna.

– Muito mais poderia ser dito acerca das esquipáticas regras da Declaração, a qual dará ensejo, certamente, a reivindicações territoriais que poderão amputar partes da Amazônia, como bem observou o eminente Professor Dr.

Marcos Coimbra, alertando que pode ocorrer no Brasil um *"processo de balcanização"*, com a eclosão de movimentos separatistas indígenas, mercê da falta de visão (proposital?) estratégica das autoridades governamentais e da atual Política Externa brasileira. É válido, pois, concluir-se, que vários *"Kosovos"* poderão surgir na Amazônia brasileira, nas reservas indígenas de Roraima e em outras áreas, como por exemplo, na *"Cabeça do Cachorro"*, na região dos *"Seis Lagos"*, onde se encontra a maior jazida de nióbio do mundo – mineral estratégico da maior importância para a tecnologia aeroespacial.

O País foi traído, portanto, de forma torpe e covarde...

Conclusão

a) As desprezíveis considerações expendidas no presente trabalho possuem o visor de tão-somente trazer algumas e poucas achegas a um complexo e amplo problema que se constitui, hoje, na maior ameaça à Soberania Nacional – o primeiro dos *"Fundamentos"* da Constituição Brasileira, conforme o inciso I, do artigo 1º, de nossa *"Lex Legum"*.

b) Existem, hoje, cerca de 700.000 índios no Brasil (há quem aumente bastante esse número), cuja população vem crescendo a 3,6% ao ano, bem acima da média anual do restante do País, que é de 1,3%. A população índia, cuja maior concentração se encontra na Amazônia, está distribuída em mais de 200 tribos, muitas das quais poderão transformar-se em *"Nações"*, com o apoio da ONU e de países centrais, caso o Congresso venha a aceitar a catastrófica Declaração, aprovada pela Organização das Nações Unidas (com o voto antipatriótico do Brasil), comentada, de forma perfunctória e incompleta, linhas atrás.

c) Mas a situação pode ainda ser revertida, caso os Ministros do STF e os Congressistas tenham um mínimo de pa-

triotismo e se mirem em edificantes exemplos da História pátria. A propósito, em 1890, Quintino Bocaiúva, Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros, numa interpretação canhestra de fraternidade continental, propôs a cessão à Argentina, do território a oeste dos atuais estados do Paraná e de Santa Catarina, conhecido como de *"Palmas"* ou das *"Missões"*, o que estrangulava o espaço territorial do Rio Grande do Sul. A mãe de Quintino era argentina e, naturalmente, o sentimento filial pesou em sua desastrada iniciativa, a qual, pasmemos (!), foi aprovada pelo Ministério com a exceção do voto de Benjamin Constant. Entretanto, foi fortíssimo o clamor popular e a infeliz idéia acabou sendo derrotada na Câmara dos Deputados, de forma rotunda e acachapante, por 142 votos contra apenas cinco. Posteriormente, o ilustre Barão do Rio Branco, com a sua proverbial competência, defendeu a nossa causa, obtendo brilhante vitória diplomática (diga-se que Quintino Bocaiúva viria, em corajosa e pública autocrítica, a se arrepender da proposta que apresentara).

d) Destarte, é preciso que pugnem, com denodo constante, a fim de que o Supremo Tribunal Federal reveja a demarcação das inconcebíveis e gigantescas reservas indígenas de Roraima, e que o Congresso Nacional, espelhando-se no Parlamento de 1890, rejeite a calamitosa Declaração da ONU; que permaneçamos em verdadeiro apostolado cívico, como incansáveis militantes/ativistas de uma cruzada em prol da Soberania Nacional (princípio basilar que sobrepõe às Constituições de todos os Estados Nacionais), usando os meios de que dispomos – como a internet, para que não sejam consumadas novas traições ao Brasil.

A Unidade Nacional e o bendito solo da Pátria brasileira, ambos herdados de nossos avós, devem ser legados, como os recebemos, a nossos filhos e aos filhos de nossos filhos!

BRASIL ACIMA DE TUDO! SELVA! ■

COLÓQUIOS COM RORAIMA

“Roraima não é só Amazônia, Roraima é Brasil”

Este paraíso é uma jóia incrustada na Hiléia, onde a natureza na sua multiformidade nos presenteou com a exuberância da selva, no contínuo florestal dos limites fronteiriços do Amazonas (estado) com o novel Território, que se estende das margens do Rio Branco, curso de água que corta a região e facilitou o povoamento nos séculos XVIII e XIX, rota da busca das lendárias riquezas sonhadas pelos homens de então, os quais contrariando a corrente que seguia na direção da grande bacia, rumavam para os confins das suas próprias ilusões.

Olhando-se este belo tapete do alto, observa-se que a selva lentamente vai se transformando em savana, malha verde esta que se estende até aos sopés de elevações, que, para orgulho nacional, nos conduzem a platôs e a alguns picos onde majestosamente se situa o ponto mais alto do Brasil: o Pico da Neblina!

Esse complexo montanhoso faz fronteira com a Venezuela e a Guiana e tem, no seu bojo, a Raposa Serra do Sol, mui questionada nos dias que correm, com problemas preocupantes no campo da Segurança Nacional.

Há quem afirme que nos elevados de Roraima se encontra, também, o ponto norte “*mais extremo do Brasil*”, fato este, que, caso venha a se confirmar, dará a Roraima mais um título de grandiosidade ao País.

Sim, este pedaço da nossa Pátria nos leva a recordações inusitadas, quando nos anos “*cinquenta*” começamos a voar nas Linhas do Correio Aéreo Nacional (CAN), no início da nossa vida profissional.

Lembro com satisfação do circuito CAN em Roraima, à época, que, decolando da capital Boa Vista, seguia para Surumu, Normandia e Caracarái, campos de pouso do interesse governamental que possibilitavam o atendimento e a integração do então Território. Faz-

se interessante mencionar que essas localidades já tinham vida própria, com uma economia tipicamente pecuarista e de sobrevivência, e o CAN, no cumprimento da sua missão, atendia os interesses da administração territorial, transportando cargas, servidores, índios, pessoal ligado à Saúde, doentes e políticos da área.

Havia uma paz inequívoca na área, sem dificuldades com as etnias que se distribuíam pela região. Recordo com satisfação a figura de “*um representante territorial*”, que se associava aos pilotos como “*tripulante extra*”, na realização do circuito aéreo na região, com obrigações específicas, administrando passageiros e cargas nos diversos destinos.

Há de se referenciar estas rotinas de então, plenas de tranqüilidade, bem diversas das vicissitudes que assolam a área nos dias presentes. Ocorre que passados os anos, a vida militar nos levou à posição de Comandante da Base Aérea de Belém (1978-1979), possibilitando assim um convívio mais estreito com a nossa Hiléia. A visão que trazia das grandezas da região foram se multiplicando, a ponto de criar espiritualmente uma alma AMAZÔNIDA, fato este que me levou a entender o quanto a Força Aérea poderia com seu espírito desbravador e de integração fazer que aquele pedaço de Brasil encontrasse os seus verdadeiros caminhos. As aeronaves do CAN e da Base Aérea de Belém, com a malha aérea posta em prática cobriam a plenitude da Amazônia brasileira. Em face das disponibilidades do CAN, o apoio às Instituições Federais, Estaduais, Municipais, e mesmo as Missões Religiosas se multiplicaram e passaram a exercer um papel relevante no atendimento ao mais comezinho interesse das populações. Missões integradas da FAB, conhecidas pela sigla ACISO (assistência social etc.), chegavam com médicos, dentistas e orientadores, e, na sua atuação, levavam e deixavam um pouco de Brasil.

O Exército, com os seus Pelotões distribuídos ao longo das fronteiras, era a marca da soberania, levando aos fronteira-

ços a presença da Pátria, apoiado regularmente na sua logística pela FAB, sempre ao lado da Força Terrestre, herdeira do espírito desbravador do grande Rondon. Como corolário das presentes considerações, sinto-me obrigado a recordar as operações aéreas do 1º ETA, da Base Aérea sob meu comando, onde os saudosos Catalina, C-47 e Bandeirante, cumprindo normas estatuídas pelo Comando da Primeira Zona Aérea, alcançavam os mais remotos rincões, na nobre faina de fazer chegar aos Amazônidas a presença do Brasil.

Como corolário destas considerações, segue a nominata das Linhas do CAN, que em 1978 atendiam a região do Rio Branco, ou seja, o Território de Roraima: Caracari, Boa Vista, Bonfim, Normandia, Surumu, Tepequém, Maloca da Raposa, Uiramutã, Serra do Sol, Suapi, Marco BV8, hoje Paracaima, e Surucucu.

Fica claro ao olhar mais arguto a evolução do Território, que, auxiliado pelas asas da Força Aérea, conseguiu um desbravamento na sua hinterlândia capaz de atender ao fluxo desenvolvimentista de há muito ambicionado. Por dever de gratidão vamos deixar registrado nos presentes comentários a atuação da COMARA, a conhecida Comissão de Aeroportos da Região Amazônica, responsável pelas pistas de pouso do interesse regional, que, com sacrifício e competência, conseguiu nas suas atividades em período relativamente curto, colocar à disposição dos Amazônidas 67 campos de pouso.

O que acabamos de relatar evidencia as atividades da Força Aérea Brasileira (FAB) na região, motivo de orgulho nacional, plenamente reconhecido, como ocorreu em recente presença do Governador de Roraima no Clube de Aeronáutica, quando em Seminário de grande repercussão nacional, agradeceu de público o muito que o Território deve à FAB.

Posto assim, e envolvido pela magia da sinergia da natureza da Hiléia, bordada pelos matizes verdes da floresta e pelo entorno das curvas dos rios, cercado pelos olhares alienígenas, ambiciosos, com vi-

sões intervencionistas, vamos buscar as palavras de Cy-iby, que, no seu épico da floresta, cantava:

A MÃE-TERRA AMAZÔNIA
Verbis,

Há de se mostrar a “*(...) ambivalência e os extremos da Amazônia (...) a sua mística é chegar até à última curva do rio e ver além da última montanha (...) perceber quem poderia criar tantas e variadas formas e o milagre de novas vidas, no brilho das folhas, nas pequenas flores e nas grandes orquídeas (...) podemos sentir a Sua presença nas réstias de luz que transpassam as copas e nos pontos que mostram os caminhos e para quem tiver o privilégio e a felicidade de sobrevoá-la, o verde de suas matas impregnará para sempre a sua retina (...) e (...) se além disso sentir vontade de fazer algo por ela, você será um AMAZÔNIDA!*”

Pautado neste canto da MÃE-TERRA, chegam à minha mente nomes da envergadura moral, profissional e patriótica dos saudosos Brigadeiros CAMARÃO, PROTÁSIO e OTOMAR, três competentes oficiais da Força Aérea, que doaram seus galões em trabalho, planejamento e dedicação à grande e devotada causa de suas vidas: a AMAZÔNIA. Como dever de justiça torno públicas as presentes considerações, como preito de gratidão e reconhecimento pelo muito que observei, compartilhei e assisti nos mais remotos cantões da nossa Hiléia, sobre as atividades patrióticas destes Desbravadores, Construtores, Povoadores e Colonizadores. Eles são a imagem do “*Rondon Amazonense*”! Assim, nestas considerações, encimadas pelo título “*Colóquio com Roraima*”, traduzo publicamente o que observei e senti no convívio com aquelas exponenciais personalidades. Dando tratos a minha imaginação, julgo que a têmpera destes modernos Bandeirantes Amazônidas, entendidos sob ótica altamente patriótica, há de se dizer que Camarão traduzia a vontade de realizar o progresso; Protásio, a tenacidade irrefutável de acertar; e Otomar, a insistência e determinação de povoar a Ama-

zônia com a melhor estrutura aeroviária nacional. Com um pouco de exagero chego a dizer que, com a cultura mística e pragmática de Camarão e Protásio na posição de Comandantes da Primeira Zona Aérea, Comandos estes que exerceram por períodos considerados longos, aliada à tecnologia e à audácia de Otomar, estes foram fatores determinantes não só no pioneirismo da infra-estrutura aeronáutica, mas no atendimento às etnias indígenas, nos povoados ribeirinhos, nos pólos desenvolvimentistas do interesse da União, nas áreas consideradas de segurança nacional e fronteiras, bem como ao lado das missões e obras de cunho social e desenvolvimentista, às vezes religiosas e muitas delas científicas e pesquisadoras.

A malha aeronáutica da Amazônia se distribuiu pelos inúmeros aeródromos construídos na região tão-só pelas atividades da COMARA, Comissão esta responsável pela construção de todos os Aeroportos da nossa Hiléia, sob a égide da

Aeronáutica, sempre nas mãos de Otomar.

Nesse culto de gratidão ao espírito geopolítico de Camarão e à pertinácia de Protásio, juntamente com a força hercúlea de trabalho de Otomar, sinto-me em condições de publicamente afirmar:

**FORAM HOMENS DESTA TÊMPERA,
BANDEIRANTES, DESBRAVADORES E
INTEGRADORES, QUE AJUDARAM A
CONSTRUIR A HILÉIA BRASILEIRA!**

Deus ilumine as nossas autoridades, no afã de preservar o que esses pioneiros nos legaram, na certeza que:

**A MÃE-TERRA AMAZÔNIA
SERÁ ETERNAMENTE
BRASILEIRA! ■**



Em evento recente assistimos a uma expressiva palestra que pontificou o lançamento de um livro (COMARA 50 ANOS) com belíssimas fotos. Documentário fiel, evidenciando a corajosa arrancada de uma “empresa”, que, desafiando a força da natureza, conseguiu com uma engenharia criativa e inovadora, respeitar a sazonalidade e empregar a mão-de-obra nativa. Incentivou projetos viabilizando a verdadeira integração de uma região que representa mais da metade do território nacional, onde riquezas cada vez mais surpreendentes têm atraído a cobiça do mundo.

Um Trabalho de Orgulho

É mandatório transcrever aqui a descrição desse magnífico trabalho:

Conhecida por suas florestas inexpugnáveis e rios caudalosos, pelo calor asfixiante e chuvas torrenciais, a Amazônia historicamente se contrapôs aos esforços de sua integração, tornando nulos os trabalhos realizados. Parecia que tão-somente nos rios se poderia transitar e que no ar apenas asas emplumadas pudessem percor-

rer seus caminhos. E ela teria sido mantida nessas condições, não fosse a perseverança de pessoas que acreditaram que a riquíssima região pudesse ser incorporada ao nosso território. Essa luta passava pela construção de aeroportos, o que permitiria chegar às mais remotas aldeias e cidades ribeirinhas, ligando o interior aos centros de desenvolvimento, levando cidadania, apoio e esperança a brasileiros até então esquecidos. Eis que surge a Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA), que nos últimos 50 anos realizou uma obra digna de entrar para a História, tanto pela grandiosidade e relevância de seus resultados como pela garantia de soberania sobre esse ecossistema. Um trabalho que pode ser visualizado no contorno geográfico do País, uma vez que hoje o avião é utilizado para assistir as comunidades na imensidão da floresta, para servir à integridade ter-

ritorial, apoiar organizações militares que guardam e defendem as fronteiras e prover esperança de vida com a prestação de socorro aéreo. Inúmeras outras atividades não seriam possíveis sem uma rede aeroportuária para garantir liberdade de ação e segurança ao voo.

Em 50 anos, a COMARA foi da imaginação à execução, do possível ao realizável, do querer ao fazer, em uma região onde a iniciativa privada não se aventura na tarefa de construir e manter pistas e edificações, onde a mão-de-obra é escassa, especialmente a qualificada, e onde cada obra de engenharia implica em custos elevados e requer cuidados com o meio ambiente. Foi o trabalho desses heróis anô-

50 ANOS vencendo desafios

Jesse Ribeiro da Silva
Ten Cel (CD-DDS)
Pesquisador nº 12
do Grupo de Estudos
do Caer
neykkoe@gmail.com

COMARA

nimos que deu ao Brasil uma estrutura aeroportuária capaz de atender as suas necessidades. Com o lema “Construir, apoiar, combater e vencer!” pode, hoje, orgulhosamente, nos mostrar o amor ao País e, sobretudo, nos fazer entender que se nós brasileiros não nos dispusermos a ocupar, preservar e usar em benefício próprio, dos ribeirinhos, e da nação como um

todo seremos “*sooner or later*” vítimas da cobiça dos mais poderosos, que têm buscado nos territórios alheios aquilo que destruíram em seus próprios rincões, sob a alegação de manter o equilíbrio climático do planeta, enquanto realizam, simultaneamente,

prospecções abrangentes à cata da exploração posterior de riquezas que até onde sabemos somente o Brasil possui. Nesse desafio, muitos tombaram. Entre acidentes inevitáveis e doenças tropicais que ainda hoje grassam nessa região, esses episódios não desencorajaram nossos heróis, ao contrário, propiciaram ações e pesquisas que hoje permitem medidas profiláticas as quais praticamente anulam esses eventos. Para exemplificar algumas particularidades da Amazônia, consideraremos algo que pode surpreender a maioria: a escassez de rocha (pedra), na região, insumo essencial básico a qualquer obra de engenharia

de edificações, por exemplo. E quando essa preciosidade é encontrada, surgem outras dificuldades, mercê dos hábitos e da cultura dos nativos, sobretudo nossos silvícolas, arraigados às tradições de seus ancestrais. Assim é que na construção do Aeroporto de Uaretê, localizada uma pedreira próxima à área a ser construída, foram os índios consultados sobre seu aproveitamento – eis que localizada em suas terras – e, negociada a concessão, foi construída uma estrada de três quilômetros para acessá-la. Quando pronta para a produção de brita, usina montada, os caciques mais idosos foram informados e “*embargaram*” tudo: era local sagrado, repouso das almas dos antepassados. Esgotados os entendimentos, o Ministério da Cultura determinou a não exploração da mina e a COMARA teve de buscar pe-

e integrando o BRASIL



dra em outro lugar, ainda que mais distante e dispendioso, perdendo todo o investimento na estrada etc. Quando da construção do principal Aeroporto de Manaus, a única maneira de compactar a terra era praticamente calciná-la, técnica até então nunca empregada em qualquer outro lugar. Imaginemos o volume gigantesco desse material e os fornos empregados para essa atípica tarefa, além do regime das chuvas, as quais se precipitavam ao mesmo tempo, o que implicava em ter de isolar-se toda a área com enormes mantas de plástico. Esse recurso inovador passou a ser rotina nas outras obras, constituindo-se em condição *“sine qua non”* para superar a adversidade climática da região.

“Com a Pista de Pouso chega a Comida, o Remédio, os Materiais e até as Notícias”

Com a aquisição de grandes balsas e gigantescas empurradeiras, os trabalhos foram se desenvolvendo onde os meios fluviais permitiam, mas grande parte dos materiais era levada por aviões e, inicialmente, por helicópteros. E foi a demanda por helicópteros de grande porte que atraiu os americanos com seus CHINOOKS de dois rotores e duas turbinas, além de cabos e cintas especiais, capazes de transportar até 10 toneladas. Tínhamos um problema na ocasião, que era levar as máquinas para a construção do aeroporto de São Félix do Xingu. Não havia acesso até lá

pelo Rio Estreito, muito perigoso. Então, sem balsa grande e sem avião nada chegava lá – *“nem máquina, nem médico, nem dentista”*. Os americanos toparam – foram buscar os helicópteros, creio que a preço de mercado. Na Amazônia, *“alguns e próximos”*, são modos de dizer, coisa que os americanos não sabiam. Levamos as máquinas para a aldeia Gorotire, em Hércules C-130, diz o Brigadeiro Otomar, e ali desmontavam alguma coisa, porque os helicópteros não transportavam um trator inteiro. Os *“gringos”* iam de Bandeirante dormir em Belém, diariamente. Todos esses desafios e dificuldades a COMARA teve de enfrentar, até porque outras grandes empresas que se candidataram abandonaram os projetos, deixando seus equipamentos no local. Para sermos justos e fiéis a esses desbravadores, e são tantos que não é possível nominá-los todos, prefiro o relato *“ipsis litteris”* documentado. Em novembro de 1976, o Brigadeiro Protásio visita a Cabeça do Cachorro, no oeste do Amazonas, junto à fronteira da Colômbia e Venezuela. O avião pousa na pequena São Joaquim, cuja localização estratégica fez com que ali, já no século XVIII, o governador mandasse erigir um Forte. Duzentos anos depois, e vencida a curta distância entre o rio e a comunidade, o Brigadeiro está diante da escola local. Na porta, uma plaquinha: *“Escuela para Niños”*. A Amazônia era ainda maior do que ele

pensava. Um país não é só o que está no papel, há muito de imaterial e subjetivo na percepção que cada um tem de sua terra natal, de sua nação, mas a língua é sinal inequívoco de pertencimento – e ele sabia disso. Não por acaso, boa parte do plano de obras do ano seguinte incluía localidades estratégicas nessa área do Amazonas, como Japurá, Querari, Maturacá, Cucuí, Uapuí, São Gabriel da Cachoeira e São Joaquim. É assim que a COMARA trabalha, antecipando-se às necessidades (...). Porque onde se constrói a pista, chega a cidade. Quando começaram os anos 80, essa *“máquina de fazer aeroportos”* já era bem conhecida nos meios militares e civis – e entre índios, caboclos e ribeirinhos certamente. O moral estava alto. Um acordo com o ITA dava início a uma série de cursos de extensão universitária, trazendo ótimos professores de São José dos Campos até Belém. Estudavam-se matérias bem específicas de grande aplicabilidade nas obras da COMARA, como Tecnologia de Solos Tropicais, Drenagem de Aeroportos, Enfoques Modernos de Avaliação e Projetos de Pavimentos Flexíveis. A atualização do pessoal iria mostrar-se necessária nas décadas seguintes, com a decolagem de dois megaprojetos: o SIPAM/SIVAM (Sistema de Proteção e Vigilância da Amazônia), cujas origens estão em 1984; e o Projeto CALHA NORTE, iniciado em 1985, ambos de longo prazo e



de ampla distribuição de obras. O SIVAM/SIPAM é hoje bem conhecido pela população esclarecida. Já o CALHA NORTE pretendia, entre outras coisas, mobilizar as frentes do Exército nas fronteiras (16.860 km) e, por isso, foram abertas várias pistas pioneiras, locais que não tinham acesso rodoviário nem hidroviário – onde não havia outra maneira de chegar (...). Operações como essas exigem transporte de grandes e pesadíssimas quantidades de equipamentos e materiais, forçando as equipes a encontrar soluções inacreditáveis – como entregar um caminhão basculante no meio da selva? E uma espalhadeira de asfalto? E o asfalto, onde é produzido? Como levá-lo até à obra antes da época das chuvas? Tínhamos um ponto central no oeste amazônico que é São Gabriel da Cachoeira. As máquinas pesadas eram parcialmente desmontadas em Belém, depois deslocadas para lá em Hércules C-130, em viagem de seis horas. Dali, quase tudo seguia para os locais das obras suspenso por helicópteros, modalidade de transporte que naquele tempo a COMARA ainda não dominava. Quase tudo era inovação, não havia manuais de instruções. Os erros cometidos eram corrigidos e viravam conhecimento dali em diante.

Assim na Água como no Céu

Certo dia chegou uma nova espa-

lhadeira de asfalto (...). A primeira vez em que colocamos essa máquina em um C-130 demoramos um dia de trabalho. Posteriormente essa operação reduziu-se para quatro horas. Outro ponto positivo é o transporte aquaviário. A COMARA possui uma frota de 14 balsas (com capacidade total de 9.800 toneladas) e oito empurradoras (13.400 toneladas). Já em meados de 1980, foi digno de nota o comboio gigante que transportou um canteiro completo de obras – pessoal, máquinas e material, de Tefé para Manaus. Eram sete balsas e dois empurradores, que, juntos, formaram um “território” de 2.300m², com capacidade para 6.000 toneladas. “*Nossa logística sempre foi espetacular*” (...). São mais de 1.000 equipamentos de grande porte, incluindo tratores, caminhões, balsas, empurradores, usinas de asfalto, britadores etc. E na sede em Belém, é possível saber a qualquer instante onde está cada um desses equipamentos, qual a sua condição operacional, se está em pane ou se precisa de reparo ou de um pneu. Na COMARA os equipamentos são como grandes amigos. A familiaridade deles com o pessoal e as chefias advém dos vôos de acompanhamento e verificação das obras, os chamados “balões”. A cada mês, uma expedição parte da sede e visita todos os canteiros de obras, levando e trazendo notícias, trocando planos, trocan-

do especialistas de canteiros, integrando as equipes. Antigamente havia poucos bancos no interior da Amazônia, então os balões levavam também dinheiro para pagar o pessoal. Isso, em tempos de inflação, significava 400, 600 quilogramas de notas (...)

Observando-se o mundo moderno, a impressão é que o avião sempre existiu. Claro, a invenção de Santos-Dumont pertence à “mitologia” do século XX e do rol das coisas sem as quais não se consegue imaginar a vida, tais como o automóvel, o cinema, a TV e o computador. Mas ainda não se passaram 100 anos da primeira travessia do Atlântico Sul, feito heróico dos portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral. O primeiro vôo postal brasileiro é ainda mais recente, de 1931, pelos tenentes Casimiro Montenegro Filho e Lavenère-Wanderley, decolando do Campo dos Afonsos (RJ) para cinco horas após fazerem um pouso de emergência no Hipódromo da Mooca (SP). Até aos anos 1940, era como que um acontecimento ter um avião sobrevoando nossas cidades (...). Foi com a Segunda Guerra (1939-1945) que a idéia de construir uma malha aeroportuária ganhou força. A presença de submarinos alemães impedindo o abastecimento do Norte e Nordeste por meios marítimos mostrou que o Brasil não poderia adiar a tarefa. Em 1945, as principais cidades brasileiras já tinham aeródromos com pistas asfaltadas. A

Amazônia tinha 17 pistas de pouso e apenas Belém, Manaus e Santarém eram asfaltadas.

As Últimas Fronteiras

Por iniciativa do então Brigadeiro Eduardo Gomes (1896-1981), no início dos anos 1950 tomou forma um projeto de construção de novas pistas na região, algo que ganhou fôlego com o surgimento da SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), que mais tarde daria origem à SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). Foram elaborados dois planos quinquenais e ambos incluíam a construção de aeroportos. Nesses documentos, a essência do que se pretendia: a Amazônia tem nos transportes aéreos um grande fator de intercâmbio social e comercial. O avião do século XX exerce, na sua ação pioneira, a mesma influência do navio a vapor do século XIX, ao levar o influxo da civilização do sul e do litoral a todos os quadrantes da Planície Amazônica. Basta dizer que antes do avião uma viagem de Manaus a Cruzeiro do Sul (Acre) demandava 30 dias por via fluvial, sem outros fatores intercorrentes. Estava chegando a vez das últimas fronteiras do Brasil, até então parcialmente vencidas pelo hidroavião PBY-5 Catalina (Pata-Choca) e pelo Douglas C-47, cargueiro bastante funcional, virtuoso em pistas rústicas e curtas. O passo firme veio em 1955, com a Comissão mista FAB/SPVEA, resultado do esforço pessoal do Brigadeiro Antônio Alves Cabral, então Comandante da Primeira Zona Aérea. Cerca de um ano depois, em 12 de dezembro de 1956, o Decreto nº 40.551, assinado pelo Presidente JK, criava a Comissão de Aeroportos da Região Amazônica, destinada a es-

tudar, projetar, construir e equipar aeroportos na região, conforme seu artigo primeiro. E, embora não constasse no documento presidencial, estava claro que a nova empresa serviria ao treinamento contínuo da Força Aérea na construção, recuperação e manutenção de campos de pouso – algo tão necessário em tempos de paz quanto em tempos de guerra.

Conquistando a Selva

De carro, dois meses. De avião, três horas. Em agosto de 1958, a COMARA entregava o Aeroporto de Itacoatiara, cidade à margem esquerda do Rio Amazonas, a cerca de 270 quilômetros de Manaus. Presentes, o Comandante da Primeira Zona Aérea, o Superintendente da SPEVEA e o Prefeito da cidade, autoridades militares e civis. Cerimônia em curso, com discursos, bandas, vivas e aplausos, apesar do atraso do Governador. Duas horas antes, uma aeronave saía para buscá-lo, tendo ao comando o Administrador da COMARA, major-aviador Protásio. Traço comariano esse, de bater escanteio e correr para cabecear. O tempo passa e o avião não chega. Já está para decolar outro e sair procurando, quando lá longe, no céu quase branco do começo da tarde, surge pequena mancha e então o ronco dando aviso. (...). Em poucos instantes, o major está ao microfone discursando também, *“Foi nossa primeira obra concluída no padrão mínimo estabelecido no Plano Diretor – pista de 1.500 por 45 metros (então próprias para aviões de grande porte)”*, pátio de estacionamento com base estabilizada, terminal de passageiros, estação de rádio, instalações de água, luz e esgoto, tudo em pleno funcionamento. Itacoatiara parece localidade pouco importante? Pois fica exata-

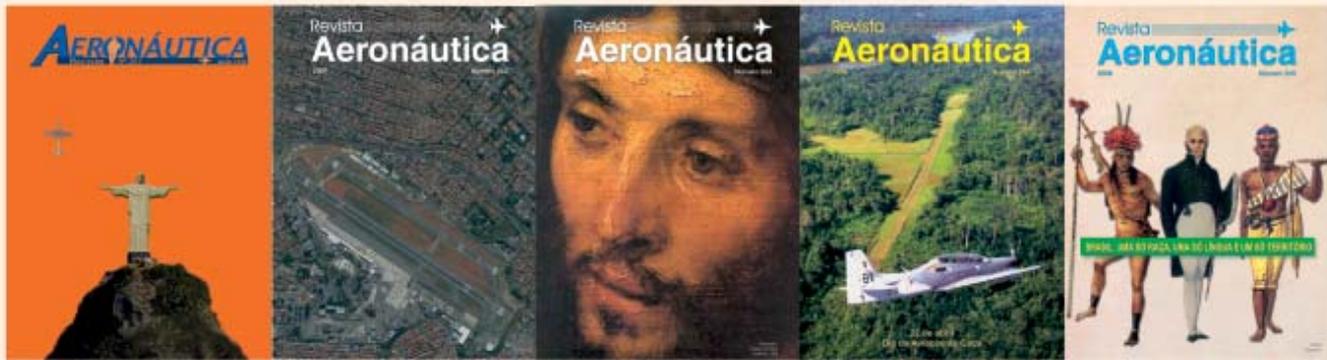
mente na rota Rio/Nova York, uma segurança que justifica o investimento de 15 milhões de cruzeiros (cerca de 3,2 milhões de reais) e os 30 meses de trabalho duro.

Na expectativa de que este livro histórico seja divulgado e lido pelos companheiros, eis que retrata de maneira expressiva, relatada pelos heróis figurantes dessa epopéia desbravadora, citarei apenas os títulos dos capítulos que compõem a parte aqui omitida, em face das limitações de tempo e espaço, considerada a premência de tempo estabelecida à apresentação deste trabalho. Ei-los:

- A Gente Encara – Desafios gigantes, motivação de sobra
- Três Aeroportos por Ano
- Heróis sem Testemunhas
- Havia Lugar que até para Índio era Terrível
- A Selva é quem manda 73 Quilos de Cobras a Bordo
- Futuro – Olhando para Frente
- O QUE A COMARA FAZ, SÓ A COMARA SABE FAZER
- PRONTA PARA O QUE VIER

E, por derradeiro, pequenas fotos estampadas ao longo do livro, no rodapé de cada página, dos abnegados operários que permitiram a realização de um trabalho gigantesco, que mesmo a iniciativa privada, sempre disposta a enfrentar desafios, aqui ou no exterior, em desertos e que tais, se mostrou despreparada para esse *“affair”* de maior significado para o desenvolvimento e para a exploração de nossas riquezas inestimáveis. Sobre tudo, ao levar esperança, suporte e cidadania aos brasileiros daquela região, até então esquecidos ■

Referências: COMARA 50 ANOS
Autores: Araquém Alcântara e Otávio Rodrigues - Editora TERRABRASIL
www.terrabilimagens.com.br
Revisão: Cel. Joselauro Simões



PARTICIPE DA REVISTA QUE CONQUISTOU A SIMPATIA GERAL TANTO QUANTO A SUA EMPRESA VAI CONQUISTAR

Público Alvo

Associados do Clube de Aeronáutica, Embaixadas, Adidos e Comissões Aeronáuticas no exterior, Presidência da República, Organizações do Comando da Aeronáutica, Aeronaves militares que transportam autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário, Congresso Nacional, como também Museus, Centros Culturais, Universidades e Instituições de Ensino Conveniadas.

Perfil do Leitor

Idade Média: 45/65 anos Instrução: Superior
 Casa própria: 90% Veículos: 100%
 Renda: Superior a 30 salários mínimos

Praça Marechal Âncora 15 - Centro - RJ - CEP 20021-200
 Tel./Fax: (21) 2220-3691 ou 2210-3212 - Ramal 226
 E-mail: revista@caer.org.br - CNPJ: 34.054.254/0001-04

Periodicidade: Trimestral

Tiragem: 10.000 exemplares

TABELA DE PREÇOS

ESPAÇO	POLICROMIA
Página dupla	R\$ 12.000,00
4ª capa	R\$ 10.000,00
2ª ou 3ª capa	R\$ 7.500,00
Uma página	R\$ 6.000,00
1/2 página	R\$ 4.000,00
1/4 página	R\$ 2.500,00

O Clube de Aeronáutica é dispensado da Retenção do ICF, conforme IN 480, 15/12/2004 da SRF art. 3º, inciso IV



OPTO: Força Brasileira em Tecnologia Optrônica para Emprego Aeroespacial



Há 22 anos, a Opto é sinônimo de produtos e serviços com tecnologia de ponta em diversas áreas de atuação, com destaque no desenvolvimento aeroespacial.

A Opto possui capacidade de desenvolver e produzir equipamentos opto-eletrônicos para emprego aeroespacial, possuindo infra-estrutura instrumental e humana única no país. Sua capacitação técnica e infra-estrutura industrial permitem desenhar e produzir "in house" ampla gama de produtos dentro dos mais altos padrões de requisitos operacionais, custos e níveis de qualidade almejados pelos seus clientes no Brasil. A Opto possui departamento específico para o desenvolvimento de projetos relacionados às áreas aeroespaciais e defesa, possuindo sistemas de gestão certificados, compatíveis com as mais altas exigências dessas áreas. Possui fabricas em São Carlos, Porto Alegre e Fortaleza, escritórios comerciais em São Paulo, bem como no exterior, e ampla rede de assistência técnica e distribuidores.

Uma prova da alta tecnologia com a qual a Opto trabalha é o fato de ter sido escolhida para desenvolver integralmente as câmeras MUX e WFI-OMB dos satélites sino-brasileiros CBERS-3 e CBERS-4, que fazem parte de um acordo entre Brasil e China para desenvolver satélites de pesquisa de recursos terrestres. A câmera MUX é a primeira desenvolvida e produzida integralmente no Brasil e pode cobrir uma faixa de 120 km de extensão com uma resolução espacial de 20 metros, sendo de grande utilidade para identificar desmatamentos, monitorar recursos hídricos e fronteira agrícola. Também no setor aeroespacial, a Opto desenvolveu e produz desde 1994 as espoletas de proximidade laser que equipam os mísseis MAA-1A, MAA-1-B, MAR-1, bem como o sistema de guiamento laser do míssil MSS1.2. Mais recentemente desenvolve família de visores térmicos para emprego tanto em áreas de defesa quanto aplicações civis.

Em 2007, a Opto se destacou ao ser apontada como uma das 100 pequenas e médias empresas que mais crescem no Brasil pela revista Exame PME.

Sem dúvida, você pode sempre contar com a Opto em todos projetos de optrônica. Ela é mais uma força brasileira em tecnologia aeroespacial.



Science in Sight

0800 7090,P,T,O,

www.opto.com.br

Academia Brasileira de a Ministra



Discurso do Presidente da Academia Brasileira de Filosofia, João Ricardo Moderno, na solenidade de outorga do título de DOUTOR HONORIS CAUSA à Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra ELLEN GRACIE NORTHFLEET.

A Academia Brasileira de Filosofia está hoje em festa para homenagear a mulher brasileira mais importante da atualidade. Carioca, já adulta desenvolveu carreira universitária e profissional no estado do Rio Grande do Sul, com passagem pela Antropologia. O que vem a ser uma extremamente interessante conciliação no plano das idéias, com Direito e Antropologia. Muito pouco comum. Diria mesmo raríssimo. A questão central do Homem une Direito e Antropologia. O mistério do Homem está antropologicamente inserido no Direito. Poderíamos mesmo aludir a uma Antropologia do Direito. A própria terminologia filosófica, em muito influenciada pelo Direito, poderia dedicar-se a uma Antropologia filosófica do Direito. Assim como o Direito foi muito influenciado pela Filosofia, não bastasse a questão do juízo.

Uma Academia de Filosofia tem por princípio a defesa do espírito. Essa a nossa tarefa. A mais difícil e a mais bela de todas. Pois exatamente do espírito dependem todas as outras tarefas humanas, sobretudo as mais importantes. Defender o espírito é defender a razão, tão desprezada e vilipendiada. Se, como queria Aristóteles, a Filosofia é pensamento de pensamento, nossa tarefa filosófica é também pensamento sobre as consequênci-

as do pensamento quando transformado em atos privados e públicos.

Defender o espírito é defender a sua liberdade, único modo do seu próprio exercício pleno. Criticar e agir contra tudo que se oponha à liberdade de expressão do espírito é outra nobilíssima tarefa dele mesmo. Essa dá sentido à vida, sem ela a vida não só perde o sentido, mas se torna refúgio dos covardes. A prática crítica que fundamenta o pensamento filosófico é exercida pelos espíritos nobres, aqueles que associam a coragem do pensamento a todo o conjunto das demais formas de expressão da coragem. Foi essa dimensão crítica da Filosofia que fez Sócrates tomar com muita dignidade o veneno da iniquidade. A primeira vítima fatal da Filosofia abriu caminho para uma sucessão histórica de violências. A própria Filosofia passou de vítima a algoz muitas vezes; vale não esconder, isso aconteceu sempre que se converteu em ideologia, em uma religião fundamentalista das idéias.

A Academia Brasileira de Filosofia foi criada pela liberdade de espírito. Daí a sua consistência orgânica antitotalitária. Desde a sua fundação a crítica aos totalitarismos de classe, raça ou etnia, religião e quaisquer outros tem sido o elo moral de nossos membros, em defesa da Filosofia brasileira e internacional. Defender o es-

pírito é defender a verdade. Filosofia é amor ao saber ou à sabedoria como uma ética do amor à verdade. Em primeiro lugar, Filosofia é amor. Depois amor à sabedoria e à verdade. Quem ama o saber ama necessariamente a verdade. Essa a dignidade do pensamento filosófico. Dignidade conquistada por meio da dramaticidade do amor à verdade. Filosofia é antes de tudo amor. O ódio é o outro da Filosofia, e é dialeticamente por intermédio dele que violentamos a tendência ao mal através do amor contido no pensamento. O ódio nos afasta do cálice da verdade. A Filosofia do ódio é o ódio à Filosofia. A primeira vítima é a verdade. A verdade não raras vezes se esconde atrás de uma falsa verdade. Uma verdade pode estar escondida no final de várias camadas de mediações, nuanças e véus, pois a verdade é como o bem, emerge com dificuldades. A liberdade de espírito é a liberdade de expressão da verdade. Não devemos temer a verdade e a expressão da verdade.

Hoje, permita-me V^a Ex^a, em razão do ressurgimento do totalitarismo de classe na América Latina, associado ao terrorismo clássico e ao terrorismo islâmico, braço armado do totalitarismo religioso, em uma metástase bolivariana, atingindo a pleura do continente e sua estrutura ós-

Filosofia homenageia Ellen Gracie



sea, assim como o coração da América do Sul, não só o pensamento está em risco, mas o Estado de Direito. E o Estado de Direito é a base do autêntico exercício do Estado Democrático. É o seu verdadeiro conteúdo. A liberdade do exercício do pensamento está sediada na garantia dos direitos civis. Na liberdade de imprensa. A Filosofia do ódio e o ódio da Filosofia geram terrorismo. O terrorismo é negação absoluta do diálogo, negação da humanidade do outro, que se torna uma coisa entre coisas. Um objeto a ser destruído arbitrariamente. O maior teórico do terrorismo contemporâneo, o filósofo italiano Toni Negri, das famosas Brigadas Vermelhas, é também o mais importante teórico da Revolução Bolivariana na América Latina.

Tendo já encerrado este discurso quanto às ameaças ao Estado de Direito no Brasil, deparo-me com o Jornal **“O Globo”** de hoje, em cujo editorial intitulado **“Cai a Máscara”**, denuncia o financiamento da subversão totalitária comunista de Hugo Chávez no Brasil, afirmando **“que toda essa história ganha proporções de extrema gravidade, por se tratar de interferência externa na política nacional, feita com intenções desestabilizadoras”**. A título de ilustração, eu mencionaria que a abertura do Congresso

Bolivariano ano passado, no Rio de Janeiro, foi de responsabilidade do Cônsul-Geral da República Bolivariana da Venezuela, acompanhada de duas deputadas venezuelanas. A afirmação de Hugo Chávez segundo a qual o Brasil e a Venezuela são uma só pátria, e que ele construirá a Grande Pátria da América Latina, deve ser objeto de profundas reflexões. O mesmo **“O Globo”** de hoje, na coluna de Jorge Bastos Moreno, revela um diálogo entre o Senador José Sarney e o ex-**“Premier”** espanhol Felipe González, segundo o qual Hugo Chávez sedia na Venezuela o grupo terrorista ETA, que ajudou Chávez a tomar o poder na Venezuela. Adicionemos as FARC, braço terrorista usado por Chávez, e parte do Estado Bolivariano em formação, com ampla participação e influência no Brasil. Somando a presença do grupo terrorista Hezbollah na Venezuela e em diversos países da América Latina, inclusive na nossa Tríplice Fronteira, temos diversas provas do risco que corre o Estado de Direito no Brasil. Hugo Chávez está em verdadeira excursão bolivariana em nossas terras. A barbárie sempre prosperou pela omissão e pela indiferença. O Filósofo alemão judeu Theodor W. Adorno, certa vez ironizou ao afirmar que o também Filósofo comunista Georg Lukács só reconheceria o

realismo de Franz Kafka ao conhecer a barbárie comunista de dentro, isto é, de dentro da prisão.

A Academia Brasileira de Filosofia tomou como desafio acadêmico de 2008 o tema **“HUMANISMO E TOTALITARISMO. O ENIGMA DA VIDA E DO MUNDO”**. Segundo o Filósofo judeu Emmanuel Lévinas, em seu ensaio tornado histórico contra Hitler e o nazismo, intitulado **“Algumas Reflexões sobre a Filosofia do Hitlerismo”**, publicado na Revista **“Esprit”**, em 1934, a barbárie nazista é acompanhada pela barbárie comunista. Ambas são o fim da liberdade. O fim da liberdade é o fim do espírito. Diz ele que o marxismo, pela primeira vez na História Ocidental, contesta a concepção do homem como um ser de razão porque de liberdade. E mesmo a autonomia do espírito pela razão no Iluminismo tem como **“leitmotiv”** a concepção judaico-cristã da liberdade. A defesa do espírito é parte da defesa da vida. Um dos grandes mistérios da vida é que filosoficamente somos sempre o Mesmo e o Outro, pois em todos os instantes da vida, vista como sucessão de instantes, nós preservamos a mesma identidade, ainda que fisicamente tenhamos sempre um outro corpo, do início ao final da vida. O corpo humano nunca é o mesmo, mas somos sempre a mesma pessoa, ainda

que mudemos no plano do espírito. Em todas as fases, desde a concepção, somos pessoa. Somos sempre pessoa. A causa primeira, diria Aristóteles, é a concepção, momento ou instante que dá partida em uma vida irreduzível. Duvidar das aparências. Onde há matéria humana viva há espírito humano vivo. Logo, a integridade moral do corpo é um absoluto. Relativizar essa moralidade intrínseca é relativizar o princípio da integridade.

A afirmação de Descartes, “*je pense, donc je suis*”, traduzida por “*penso, logo existo*”, ou ainda melhor, “*penso, logo sou*”, deve ser matizada, pois “*eu sou ou existo*” muito antes mesmo de começar a pensar. Eu penso “*porque*” sou ou existo. O ser antecede o pensar. O ser é a causa do pensar. O próprio Descartes, no “*Discurso do Método*”, onde também funda uma ética da dúvida, afirma: “*Eu vejo claramente que para pensar é preciso ser*”. Eu sou desde a concepção. Não há ser antes da concepção. Contudo, há ser a partir do instante da concepção. Ser e pessoa são indivisíveis. Poderíamos chamar essa questão como da ordem de uma ontologia jurídica. Onde há ser há vida, logo há direito. Mesmo após a morte há direito. O ser é “*ser-para-a-vida*”, ainda que ao final seja a morte na terra. Emmanuel Lévinas, em seu livro “*Ética como Filosofia Primeira*”, indica que, “*na verdade, o Ser, como o outro do pensamento, se faz o próprio do pensamento-saber*”. E, ao final do livro, Lévinas define: “*O direito a ser e a legitimidade desse*

direito não se referem à abstração das regras universais da Lei ao para-o-outro de minha indiferença à morte, à qual, além do meu fim, se expõe na sua retidão mesma o rosto do próximo. Que o próximo me olhe ou não me olhe, ele sempre está me olhando. Questão onde o ser e a vida se despertam ao humano. Questão do sentido do ser – não a ontologia da compreensão desse verbo extraordinário, mas a ética de sua justiça. Questão por excelência ou a questão da filosofia. Não porque o ser dê preferência a nada, mas como o ser se justifica”.

Desse modo, todos nós devemos honrar o Poder Judiciário e o Estado de Direito, representado aqui pelo Supremo Tribunal Federal, pela presença de V^a Ex^a, que resgatou com leveza, graciosidade e dignidade os grandes momentos da história do Supremo. Uma história de integridade. O grande Poeta e Filósofo alemão Schiller, companheiro de Carlos Nejar na melhor história da literatura mundial, em seu belo livro intitulado “*Sobre a Graça e a Dignidade*”, sintetiza que “*assim como a graciosidade e a expressão de uma bela alma, a dignidade é a expressão de uma mentalidade sublime*”. V^a Ex^a tem a graciosidade da bela alma, e a dignidade de uma mentalidade sublime. E mais adiante assevera que “*o domínio sobre os impulsos através da força moral é a liberdade de espírito, sendo a dignidade a sua expressão no plano do fenômeno*”. Um dos grandes advogados brasileiros, o meu amigo Gustavo Miguez de

Mello, em recente artigo no Jornal “*O Dia*”, na imprensa carioca, afirmou que “*o Supremo Tribunal Brasileiro tem a missão de fazer preservar os bens jurídicos que garantem valores e interesses gerais e permanentes do País contra interesses eventuais da Administração: nesse sentido é um Tribunal Político. Julgando tecnicamente, não é político no sentido de sacrificar direitos por objetivos políticos, como a História registra no julgamento de Jesus*”. Desta feita, V^a Ex^a como a primeira mulher a ser nomeada Ministra do Supremo, e primeira mulher a alcançar a Presidência, coincidiu a própria trajetória pessoal com a imagem do Supremo como uma autêntica Suprema Comissão de Ética do Brasil. É por tudo isso, e por nada disso isoladamente, que a Academia Brasileira de Filosofia decidiu outorgar a V^a Ex^a o título mais elevado da instituição, o de DOUTOR “*HONORIS CAUSA*”.

Nem toda unanimidade é burra, contrariando uma das máximas de Nelson Rodrigues, pois se todos nós concordássemos que toda unanimidade é burra, seríamos unânimes em concordar com uma burrice, logo seríamos também burros, visto que somente os burros dizem burrices, ou no caso, somente os burros diriam unanimidades. Tudo isso para afirmar que V^a Ex^a é uma unanimidade entre as pessoas de bem. Muito obrigado, Ministra Presidente ELLEN GRACIE NORTHFLEET, DOUTOR “*HONORIS CAUSA*” DA ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOSOFIA ■



O Ten Brig Ar Ivan Frota, à direita, compôs a mesa na cerimônia da Academia Brasileira de Filosofia

B. Efimov
*O Capitão do país
dos Sovietes nos
conduz de vitória
em vitória - 1933*



Anotações sobre a Teoria Marxista do Partido

Carlos Elich Santos Azarbuja
Historiador
azarbuja7424@terra.com.br

Resumo: Um Partido revolucionário começa e termina nas organizações de base, e os elementos que estão fora das organizações partidárias não são militantes.

A classe operária mais consciente terá sempre em seu seio uma grande massa inconsciente, pois nunca toda ela adquirirá “consciência de classe”. Haverá sempre uma pequena vanguarda que compreenderá o lugar que ocupa na sociedade, e uma grande massa indiferente que somente se interessará por melhores salários e melhores condições de vida. Essa “vanguarda consciente”, organizada, é o Partido: uma minoria dessa classe minoritária que é o proletariado.

O Partido surge e é organizado em certo momento de ascensão da classe operária, quando o desenvolvimento do capitalismo coloca a necessidade da “consciência de classe”, isto é, o conhecimento das leis de desenvolvimento da sociedade.

Em outras palavras: para que surja a “consciência de classe”, o desenvolvimento do Capitalismo tem de colocar na ordem do dia as tarefas do proletariado, ou seja, o próprio Capitalismo deve gestar os antecedentes materiais da sociedade comunista. Somente então colocar-se-á, no campo social, a urgência de estruturar-se a consciência de classe. A classe operária só se torna revolucionária quando adquire a “consciência de classe”.

Portanto, o surgimento do Partido dá-se quando há um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas, isto é, do próprio proletariado.

Como a classe operária é heterogênea, podem surgir, em seu interior, vários Partidos ditos “da classe operária”, mas somente um poderá expressar sua consciência,

isto é, definir qual é a sua estratégia, sua tática e suas tarefas históricas.

E de onde vem a consciência de classe? “Sem teoria revolucionária”, disse Lênin, “não há prática revolucionária”, e não o inverso como pretendem os foquistas e os ultra-esquerdistas. A missão histórica e estratégica da classe operária é a de assumir o poder como um dos atos fundamentais para a destruição do regime de propriedade privada. E a missão tática é a definição dos caminhos a seguir para alcançar essa missão histórica e estratégica.

Há casos em que a tática e a estratégia se confundem, portanto é necessário que se estabeleça qual o elemento determinante, fundamental, entre a estratégia e a tática.

Se o Partido buscasse transformar de uma maneira gradual e pacífica a sociedade – de capitalista em socialista – por meio do Parlamento e não pela via insurrecional, se seu objetivo fosse ganhar eleições e obter maioria parlamentar, de que lhe serviriam as células, as organizações de base, o centralismo democrático, a direção coletiva, a “doutrina científica”, a crítica e a autocrítica? Seria preferível e mais sensato que organizasse grandes centros eleitorais, a fim de mobilizar massivamente as pessoas, sem rigores teóricos e disciplina.

Ao contrário, um Partido revolucionário começa e termina nas organizações de base, e os elementos que estão fora das organizações partidárias não são militantes. Segundo o conceito clássico de Lênin, é militante todo aquele que está de acordo com o Programa do Partido, que se estrutura numa organização de base, que cotiza para o Partido e que contribui para elaborar sua linha política ■



Anish Kapoor
Aima
2004

O Estado: retorno aos ideais da Idade Média?

Manuel Cambeses Júnior
Cel. Av

Conferencista Especial da Escola Superior de Guerra;
Membro Titular do Instituto de Geografia
e História Militar do Brasil e Vice-Diretor do INCAER.
pilot_hercules@yahoo.com.br

O consagrado filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel escreveu, em 1802, um dos livros mais importantes do século XIX: a Constituição Alemã. Nele, fazia um chamado à formação de um Estado unitário alemão como requisito indispensável para que os germânicos adentrassem nos tempos modernos. Naquela época, entretanto, a Alemanha se achava dividida em reinos, principados, ducados, territórios eclesiásticos e entidades autônomas dos mais variados matizes. Dentro dela, Áustria e Prússia não somente haviam se convertido em duas forças dominantes, assim como eram os únicos territórios que encarnavam verdadeiros Estados no sentido moderno. Em sua obra, Hegel fazia referência ao princípio de organização feudal que prevalecia na Alemanha e que reconhecia e garantia, a cada um de seus integrantes, o direito de livre arbítrio. Tratava-se, efetivamente, de um direito definido por todos e assentado na chamada “liberdade alemã”. Para Hegel, esta “liberdade”, que servia de base à desunião, não passava de um anacronismo que mantinha a Alemanha de costas para a História. Isto submetia os alemães a uma manifesta condição de atraso frente aos grandes Estados nacionais da Europa, como França e Inglaterra.

Friedrich Hegel formulava um vigoroso chamado à conformação de um verdadeiro Estado alemão. Entretanto, tiveram que passar várias décadas para que isso se transformasse em realidade. Foi em 1871 que essa aspiração unitária se consolidou com a criação do moderno Estado germânico.

Também na Itália, a partir de 1815, começou um movimento a favor da unificação do país, que, se-

melhantemente à Alemanha se encontrava dividido em múltiplos reinos, principados e ducados, bem como em um Estado papal. Esse movimento, que ficou conhecido como o “*Ressurgimento*”, teve como seu maior expoente intelectual o célebre Mazzini. Este, diferentemente de Hegel, que escrevia suas obras em um alemão comum a todos os alemães, utilizou o idioma francês para escrever o seu trabalho literário. A razão disto é que havia tantos dialetos e variações do idioma italiano, que não existia uma linguagem que fosse comum a todos.

Após longos anos de conspirações e combates, o novo Estado italiano pôde tornar-se realidade, em 1861. Desta maneira, os italianos conseguiram emergir da Idade Média para adentrarem-se nas filas da modernidade. Foi a partir da conformação desse Estado unitário que pôde surgir também uma outra nova criação: uma linguagem comum a todos os italianos.

Quando homens talentosos como Hegel, Bismarck, Mazzini ou Garibaldi lutaram pela conformação de Estados unitários, estavam convencidos de que a força da História os acompanhava. Estavam convictos de que ao banir as divisões territoriais e autônomas, herdadas da Idade Média, ingressariam nos novos tempos e se adaptariam às exigências do futuro. Poderiam eles imaginar que, ao finalizar o século XX, a modernidade se identificaria com os fracassamentos, as divisões territoriais, as autonomias desatadas e a proliferação de diversas linguagens no interior de vários Estados? Faz-se mister ressaltar que esse processo não é novo. Como exemplo pode-se citar a Espanha, que, na década dos anos trinta, enveredou por esses cami-

nhos, sob o rótulo de “*modernidade*”. Em 1931, uma das inteligências mais brilhantes desse país, em todos os tempos, José Ortega Y Gasset, propugnava nas cortes constitucionais a necessidade de dar rédeas soltas às autonomias regionais. Não obstante, foi com o colapso do comunismo que esse processo recuperou toda sua força. De fato, bem poderia afirmar-se que o Muro de Berlim não somente representava a última muralha de contenção do pensamento político frente ao avanço do setor econômico, bem como do ideológico em face do avanço do cultural. Com a queda do Muro de Berlim a economia passou a ocupar espaços de preeminência que antes eram reservados ao setor político. Porém, ao mesmo tempo, com o desaparecimento das barreiras ideológicas, o fenômeno cultural pôde atingir plena força e vigor. Durante muito tempo as identidades, sinônimo do cultural, estiveram reprimidas em função das imposições ideológicas. Com a fratura das ideologias, o surgimento do cultural ocorreu de forma inevitável.

Dele nos fala Samuel P. Huntington, em sua famosa obra “*The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*”. Segundo suas palavras, “*no mundo do pós-Guerra Fria, as distinções mais importantes entre os povos não são ideológicas, políticas ou econômicas. São culturais. Os povos e as nações estão tentando responder à pergunta mais elementar que os seres humanos podem formular: quem somos? Os povos estão definindo-se a si próprios em termos de religião, linguagem, história, valores, costumes e instituições. Eles se identificam com grupos culturais: tribos, grupos étnicos, comunidades religiosas, nações... Os povos estão utilizando a política, não*

somente para promover seus interesses, como também para definir suas identidades”.

Diante deste novo cenário, a marcha dos tempos aponta em direção aos particularismos culturais. Cada município, cada cidade, cada região, busca encontrar sinais definitórios de seu próprio ser. Reivindicar tradições locais ou regionais, dialetos, costumes específicos, está em moda no mundo atual. Inevitavelmente isto somente é possível à custa do poder e do sentido unitário dos Estados centrais. O poder, que até pouco tempo detinham, flui agora em duas direções distintas: para cima, em direção aos organismos supranacionais e coletivos; para baixo, em direção a regiões cada vez mais autônomas, as quais se consideram mais representativas de uma identidade étnica ou grupal. Sob esta ótica, o governo inglês decidiu tomar a iniciativa de reformar as bases constitucionais da Nação, devolvendo à Escócia e ao País de Gales autonomias perdidas há séculos. O curioso deste processo é que o próprio Estado central se transformou em artífice de seu debilitamento, assumindo frente a tais regiões a “*venda*” da idéia autonomista. Se no caso da Escócia o estado de ânimo prevalecente favorecia esse processo, em Gales foi necessário que o governo central pusesse todo o seu poder de convicção frente aos reticentes eleitores locais.

No momento em que o Kosovo volta à cena, nenhum europeu deve se esquecer da tragédia que motivou a intervenção da comunidade internacional. Em realidade, enfrenta-se hoje o último avatar do esfacelamento da ex-Iugoslávia.

Diante dessa curiosa realidade, que diriam Hegel ou Mazzini desta volta aos ideais da Idade Média? ■

Ricardo Vélez Rodríguez
Coordenador do Centro de Pesquisas
Estratégicas "Paulino Soares de Sousa",
da UFJF. Membro do Instituto de
Humanidades, Londrina.
Membro da Academia Brasileira
de Filosofia, Rio de Janeiro
rive2001@gmail.com

Katarzyna Kozyra
Pirâmide de Animais
1993
260 x 190 x 120 cm



ONEOPOPULISMO NO CONTEXTO DA

O fenômeno do *neopopulismo* está na crista da onda, não apenas na América Latina, mas pelo mundo a fora, também. Nações desenvolvidas, como a França, viram surgir, nos pleitos eleitorais dos últimos dez anos, sucessivamente, figuras de caráter neopopulista, situadas em vários parâmetros do espectro ideológico, como Jean-Marie Le Pen, Michel Bové ou Ségolène Royal. Na Itália, às voltas com a dramática redução do crescimento econômico nos últimos dez anos e com a endêmica instabilidade parlamentar, vemos ressurgir o neopopulista Berlusconi como Chefe do Governo.

Na América Latina, assistimos à consolidação de regimes desse tipo na Argentina, na Venezuela, na Bolívia, no Equador, no Paraguai e no Brasil. O *neopopulismo* consiste basicamente num estilo político de tipo carismático. Para Pierre-André Taguieff, o fenômeno oscila entre o autoritarismo e o hiperdemocratismo, bem como entre o conservadorismo e o progressismo reformista; não pode ser considerado nem como uma ideologia política, nem como um tipo de regime, mas apenas como um estilo político, alicerçado no recurso sistemático à retórica de apelo ao povo e à posta em marcha de um modelo de legitimação de tipo carismático. Esse estilo é encenado no contexto de uma simplória visão maniqueísta, segundo a qual os males do presente, identificados com a globalização, são causados pelas “*elites*”, que conspiram contra a felicidade do povão. Essa reação à globalização é que caracteriza o *neopopulismo* atual em face do tradicional populismo do século XX. Outra característica essencial é a denominada “*ação direta*”: o líder populista prescinde de qualquer mediação institucional entre ele e o “*povão*”, pondo em risco, assim, a sobrevivência das instituições democráticas e ensejando uma via expres-

sa à ditadura do Executivo hipertrofiado e à magia das suas soluções miraculosas.

O Governo Lula é “*neopopulista*” por se ajustar perfeitamente às características assinaladas acima. O “*lulismo*” funciona no contexto da denominada “*revolução cultural gramsciana*”, que tem queda declarada pelos “*intelectuais orgânicos*”, os *neopelegos* à frente dos *Movimentos Sociais*: Sem Terra, Afetados por Barragens, Indígenas e Quilombolas, Sem Teto etc. São inúmeras as entidades contempladas pelos generosos recursos oficiais, distribuídos a torto e a direito por centenas de *ONGs*, cuja gestão fugiu ao controle do Governo. Isso para não falar do programa “*Bolsa Família*”, que se tornou verdadeira festança assistencialista, devido ao fato de que não há fiscalização adequada do Poder Público. (Fica evidente, aqui, a presença do modelo ético pombalino do “*Estado Empresário que garante a riqueza da Nação*”). É clara a tolerância oficial em face dos desmandos de movimentos como o MST, cujos ativistas peitam autoridades, destróem patrimônio público, invadem propriedades produtivas, desconhecem sumariamente decisões da Justiça, aniquilam centros de pesquisa agropecuária, tudo em aliança com grupos internacionais como a “*Via Campesina*” e contando com a complacência dos ministérios da Reforma Agrária e da Justiça.

Paralelamente, nenhuma medida é tomada para que os arruaceiros passem a respeitar as instituições de direito. Tudo sob as bênçãos estapafúrdias da Comissão da Pastoral da Terra e do Conselho Indigenista Missionário da CNBB. Políticas atentatórias contra a unidade do País são postas irresponsavelmente sobre o tapete, com assinatura de documentos e declarações em foros internacionais, que, se forem levados à prática, conduzirão a sérios riscos para a soberania nacional,

como está acontecendo com a criação da Reserva “*Raposa Serra do Sol*”, em Roraima, seriamente questionada por juristas, intelectuais, empresários e militares.

Na retórica “*neopopulista*” do atual Presidente, aparece como “*leitmotiv*” dos seus pronunciamentos a denúncia contra as maquinações das denominadas elites, que estariam tentando preservar privilégios em face das demandas do povão. Lula situa-se, nos palanques, do lado dos humildes, descamisados, negros, índios e quilombolas. Mas, por outra parte, preserva as linhas mestras da Política Macroeconômica herdada dos governos anteriores, o que lhe tem possibilitado atrair a entrada de divisas necessárias para manter o crescimento, em que pese o absurdo aumento do gasto público e o calote do Governo à dívida interna, que mais do que triplicou ao longo dos últimos sete anos, e que força a manutenção de juros estratosféricos e a aplicação de uma iníqua política tributária que pune brutalmente quem trabalha e quem produz. O atual surto inflacionário surge diretamente daí.

O populismo do carismático Lula coexiste perfeitamente com a estrutura patrimonial do Estado, que levou o partido do Governo a gerir a coisa pública como propriedade privada, com os desmandos de corrupção generalizada que mancharam a memória do outrora moralizante grupo de petistas alçados ao poder em 2002. Populismo e tradição patrimonialista fundiram-se, certamente, em “*macunaímico*” carnaval, que deitou por terra a moral pública e que entronizou o cinismo do “*bateu-levou*” ou da ética totalitária gramsciana, que visa à hegemonia do proletariado (leia-se: do novo peleguismo sindical, que escapa aos controles do Tribunal de Contas da União). Está consolidado, assim, no Brasil, novo modelo de “*neopopulismo*” de esquerda, de tipo peleguista e estatizante ■

AMÉRICA DO SUL

Regras de mais e princípios

O ataque cerrado às Forças Armadas brasileiras continua cada vez mais intenso.

Desta feita, o instrumento usado foi o assassinato de três prováveis marginais depois de terem sido presos por militares e, inexplicavelmente, entregues, pelos coatores, a traficantes de uma facção rival.

Imediatamente, várias autoridades passaram a dar declarações preconceituosas, com o objetivo de debitar ao Exército, como instituição, a responsabilidade pelo crime, cujos autores, ao contrário do que normalmente ocorre, já foram identificados e presos.

Para o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, o Exército tornou-se “um protagonista nocivo, na tragédia de horrores imposta aos moradores”. Que a tragédia foi um horror, nem era preciso dizer, mas ver nocividade no Exército seria como considerar a OAB nociva, porque alguns advogados transportam droga para traficantes ou transmitem sentenças de morte geradas dentro dos presídios, para os criminosos que as executarão do lado de fora.

As manifestações de indignação quase históricas, cuidadosamente encenadas por alguns, não se justificam, porque os culpados serão, inevitavelmente, condenados.

E o serão, justamente, por serem militares. Dissemos “justamente”, porque os militares não adotam a lógica do governo e de seus seguidores, para os quais o aparelho repressor do Estado serve, apenas, para constranger adversários políticos.

Os aliados são sempre intocáveis. Onde estarão, agora, os “mensaleiros”; os “cuequeiros”; os “sanguessugas”; os mafiosos da saúde; os “aloprados”; os usuários dos cartões de crédito ditos cor-

porativos; os autores do dossiê da Casa Civil; os traficantes de influência da venda irregular da VARIG; os assassinos dos prefeitos do PT, vitimados em meio à queima de arquivos, nos escândalos de desvio de dinheiro público; os ministros, os parentes, os compadres e os amigos do presidente?

Como se vê, nenhum desses casos envolvia militares. A impunidade só vigora nos meios castrenses, quando imposta pela Justiça, contaminada pelos “defensores dos direitos humanos”, mais interessados em quebrar a espinha dorsal das Forças Armadas, demolindo-lhes os princípios basilares da Hierarquia e da Disciplina.

Ninguém verá a “tropa de choque” do Exército ser chamada para “blindar” criminosos. Esta será preservada para usos mais nobres, quando tal se fizer necessário.

A Força Terrestre sempre procurou evitar o seu emprego em operações de Garantia da Lei e da Ordem, sem o cumprimento de todos os ritos legais.

O que, então, estaria o Exército fazendo no Morro da Providência?

Infelizmente, o governo envolveu, indevidamente, os militares, coagindo-os, como Comandante Supremo das Forças Armadas, a participar de um projeto de cunho político-partidário, para favorecer o seu candidato à prefeitura do Rio de Janeiro.

Assim, a indignação presidencial com o envolvimento de militares no crime, só se explicaria pelo desgaste que isso possa ter causado ao seu candidato.

A exposição da sua política indigenista antinacional e criminosa deflagrou um intenso esforço para desacreditar o Exército, utilizando-se, inclusive, do recurso à baixaria, com a exploração, nos meios de comunicação, das declarações

de militares homossexuais desajustados.

O ministro da defesa foi orientado para acompanhar as investigações. Ressuscitado, agora, do grande silêncio obsequioso a que se viu condenado, em decorrência das bravatas iniciais, não nos parece, mercê do seu passado, a melhor pessoa para acompanhar qualquer investigação.

E ele não perdeu tempo. Tratou, logo, de tirar proveito da situação, ao augurar, em busca de mais quinze minutos de fama, uma reação forte, da sociedade, e radical, da Justiça, contra o nosso Exército. Novamente, a avaliação do ministro foi equivocada. Reação forte da sociedade, quando houver, será contra esse governo desastroso.

Contra as Forças Armadas, somente as manifestações orquestradas pelos inimigos tradicionais e já conhecidos, para os quais tudo vale, desde que seja para destruí-las.

O glorioso Exército Brasileiro é instituição permanente e continuará respeitado por todos, muito depois que os nossos maus governantes tenham sido varridos da História.

Até o ministro Tarso Genro saiu do limbo em que se encontrava, depois de ter declarado que “a Amazônia é território internacional”, e voltou a “deitar falação”.

A contaminação ideológica é tanta, que ninguém fala dos traficantes do Morro da Mineira, os verdadeiros assassinos dos rapazes, nem do absurdo de existirem, na cidade, com a tolerância do Estado, áreas controladas por essa ou por aquela facção criminosa. O Ministro da Justiça, tão diligente contra os rizicultores, também silenciou sobre isso. Só interessa ferir, de morte, o Exército. Mais uma vez, fracassarão.

Mas a responsabilidade dos governantes vai muito além do que já foi dito.

de menos

Luís Mauro Ferreira Gomes
Cel. Av.
Pesquisador nº 11 do Grupo de
Estudos do Caer
lmauro@uol.com.br



Jane Alexander
Harvest
1997-1998

Com os baixos soldos, as graves restrições orçamentárias e o desprestígio que têm sido impostos às Forças Armadas, a seleção de pessoal ficou muito prejudicada. O recrutamento de militares nas áreas controladas por traficantes e a sensação de impunidade generalizada, sem dúvida, contribuíram para essa barbárie.

Para agravar a situação, recentemente, o Tribunal Superior Eleitoral sucumbiu à lógica dos criminosos e perdeu a chance de resgatar parte da moralidade nacional.

Alguns ministros parecem haver-se esquecido de que a aplicação do Direito se rege por princípios e por regras, para se concentrarem, exclusivamente, nestas últimas.

É incompreensível que quatro deles tenham preferido permitir que maus cidadãos se aproveitem de suas próprias ações dolosas e torpes para conseguirem imunidades, que lhes garantam continuar a praticar seus crimes livremente.

No Brasil, há regras demais e princípios de menos. Vivemos em um caos jurídico, onde os bons são oprimidos e os maus têm toda a proteção do Estado.

Isso decorre da anomia intencional que nos impõem para desestruturar o Estado, em benefício de projetos despóticos de poder.

Por que alguém se sentiria obrigado a respeitar as Leis, se, todos os dias, os ministros e o próprio governante as violentam, sem qualquer pudor, e debocham de toda a Nação, negando, todas as evidências das atividades ilícitas que cometem às escâncaras? Tudo, tranquilamente, sem que nada se faça para impedi-los.

Todas as regras têm seus limites e somente devem servir para proteger quem, também, as cumpre.

O Estado de direito tem o dever de usar todos os meios à sua disposição, para proteger-se de todos os que o ameaçam, inclusive de ministros e presidentes ■

CATRE: Entidade e Sigla empregadas por muito tempo e jamais entendidas. E pior: seu destino conceitual em nossa opinião, jamais foi atingido... Assim, inicio este simples panfleto por força de haver estado lá, no momento da fixação daquele (avançado e moderno) conceito “*de modelo mobiliário de treinamento*” e ao lado do seu criador, o Tenente-Brigadeiro-do-Ar PAULO SOBRAL RIBEIRO GONÇALVES.

Alguns atribuem essa sua iniciativa ao fato de ter sido Adido Aeronáutico junto à Embaixada do Brasil no Reino Unido e na Suécia. E, por consequência (ou imitação, diziam os incrédulos), haver “*importado idéias*”. Não creio. PAULO SOBRAL era um aviador nato e à frente de seu tempo. Rijo defensor de novas idéias, autodisciplinado e disciplinador. E implacável profissional: a FORÇA AÉREA era sua eterna paixão, a Aviação sua vida.

Poder-se-ia, aí sim, imaginar que seu aguçado olhar de aviador tivesse encontrado, nessa vivência no exterior, as bases filosóficas que o moveram a dar origem ao CENTRO DE APLICAÇÕES TÁTICAS E RECOMPLEMENTAMENTO DE EQUIPAGENS, ou seja, o (então) imaginado CATRE...

CATRE:

seu conceito funcional

Qualquer Força Aérea que se preze enfrenta – de maneira extremamente profissional (por óbvio) – dois problemas com que *todas* se defrontam:

a *experimentação* e a *praticagem* de novas formulações para emprego em suas máquinas aéreas (táticas, técnicas, formaturas, emprego de armas, metodologia de ações de combate etc.), assim como conduzir o *retorno das tripulações de combate ao estado operacional* (pela transição, re-treinamento e pós-graduação) e que tenham sido afastadas episodicamente do seu estado de prontidão para o serviço, visando à sua reinclusão como “*prontas para o combate (combat ready)*”, nos efetivos das Unidades Aéreas de primeira linha. Abordamos, portanto, as problemáticas das “*aplicações táticas e recomplemento de equipagens*”. Leia-se, portanto, CATRE, no seu contexto conceitual.

CATRE: o que foi...

Até onde minha memória alcança nenhum dos militares que vieram a compor os Órgãos de Comando e Direção do CATRE, após sua criação, se aprofundaram na busca das razões que originaram sua concepção. Mercê – possivelmente – da sensação de muitos de que a formação da Academia da Força Aérea (AFA) carecia de complementação (acadêmica e/ou operacional), o CATRE veio representar mais *um* ano no currículo da AFA: o 5º ano. Só que “*fora de sede*”...

Que se tenha notícia, em nenhum momento de sua vida, a FAB impôs ao CATRE desenvolver “*novas técnicas e táticas de emprego para qualquer que fosse a Aviação*”, assim

como jamais lhe atribuiu o “*encargo de preparar tripulações para o retorno e/ou recomplemento dos efetivos operacionais de suas Unidades Aéreas*”.

Em assim sendo, todo o escopo de trabalho atribuído ao CATRE foi simplificado: *mais um ano* adicional ao currículo da AFA (ou uma pós-graduação) para os aspirantes-aviadores, que, a partir desse período complementar, receberiam suas qualificações operacionais como Pilotos (Caça e Multimotor).

CATRE:

o que devia ter sido...

Ao conceber a inserção desse Órgão no contexto da preparação profissional das tripulações de combate da FAB, atribuir-se-ia ao CATRE a missão de – em utilizando seus meios aéreos, infra-estrutura acadêmica e a “*expertise*” de seus recursos de Instrutores, aliada a meios complementares de treinamento, tais como “*stand*” de emprego operacional real, simuladores multiemprego etc. – realizar as tarefas de experimentação relacionadas ao emprego real da plataforma aérea e de seu armamento, assim como das formaturas, dos dispositivos de desenvolvimento (em tempo e espaço) das aeronaves para a execução de suas missões de combate, a dispersão de meios aéreos no ambiente hostil, os novos métodos de engajamentos, os dispositivos táticos, a fixação de conceitos de emprego do

Maj Brig Ar Lauro Ney Menezes
consult-aero@veloxmail.com.br

CATRE: o que foi

armamento aéreo, tal como a *Fighter Weapons School (USAF)*, a *TOP GUN (USNAVY)*, a *Applied School of Tactics (USAF)*, a Escadre de Transformation (FAÉF) ou a *Operational Conversion Unit (OCU – RAF)*.

Ainda inserida nesse quadro de encargos, estaria a tarefa (até hoje menosprezada e com riscos para a segurança operacional) de re-treinar tripulações para sua reincorporação às “*Unidades de Emprego de primeira linha*”, após o afastamento do tripulante da sua atividade aérea por qualquer motivo. O objetivo era tão amplificado que seria possível estender esse re-treinamento até mesmo para o pessoal de apoio logístico e de manutenção (“*on job training*” + acadêmica).

O “*why*” por trás de tudo era banir das Unidades de primeira linha (e supostamente prontas para o combate), QUALQUER encargo ou esforço relacionado ao treinamento, à reciclagem, ao recondicionamento ou à adaptação. Partia-se, portanto, da premissa de que às Unidades de primeira linha cabia estar *prontas* para a ação. E só: não haveria qualquer esforço dedicado ao treinamento e, sim, à manutenção de “*prontidão para a ação*”. Alerta permanente e total...

Resultados (do CATRE conceitual): se é que existem...

Em tendo sido somente o que *foi*, sem que jamais tivesse sido o que *deveria*, o CATRE virou uma sigla sem qualquer significado relacionado à sua gênese.

Para ser o que *foi* bastava ser nominado “*5º ano da AFA*”, já que a pompa de suas tarefas (encobertas por uma sigla a mais no nosso catálogo telefônico) jamais foi exercitada. Em suma: nada se fez em termos de APLICAÇÕES TÁTICAS e, muito menos, em termos de RECOMPLEMENTAMENTO DE EQUIPAGENS.

O pior de tudo: sobrevêm a “*carga de trabalho*” que ainda é imposta às Unidades Aéreas de primeira linha, em princípio não estruturadas/equipadas para desenvolver técnicas e táticas e, muito menos, para realizar as tarefas de reinclusão em serviço, das equipagens (resolo e readaptação), porventura afastadas da atividade aérea. Esse compromisso passou a ser realizado – como já presenciamos – em “*programinhas particulares*” de “*reacomodação à máquina e ao ambiente operacional*”, às vezes “*tocado*” nos finais de expediente ou nos fins de semana, em iniciativas espo-

radas e fora do contexto da prontidão para o serviço. Quase que na base do troca-troca entre amigos... Principalmente quando “*muda o Comandante da Unidade*”, que não tem tempo (ou até mesmo julga desnecessário) um recondicionamento operacional e um retorno/reinclusão com toda a segurança de vôo. É um puro “*resolo da máquina*”. E tudo está resolvido...

Para um observador mais crítico pergunta-se: esse retorno à primeira linha dispensa os conhecimentos técnicos atualizados para se contrapor ao “*envelhecimento da tecnologia antes existente*” e ao conhecimento das (novas) NPA? Dispensa os cheques de emergência e os repasses em um forte programa de procedimentos atualizados e de simuladores? E a “*futurologia*” para os encargos da Unidade e o “*status quo*” em torno do cumprimento da sua missão?...

Talvez seja por isso que, à minha época, ainda na Ativa, um general da USAF, após visitar toda a FAB, concluiu constrangedoramente:

“FAB is an ALL TRAINING AIR FORCE: YOU TRAIN EVEN IN THE COMBAT READY ENVIRONMENT!”

Parece que estava com a razão... E ainda está...

e o que devia ter sido...

CIÊNCIA E

Estes são dois campos complementares e, ainda assim, possuem diferenças essenciais e de forma também.

A Ciência é universal, isto é, podemos desenvolver um trabalho científico em qualquer lugar do mundo, seja no Himalaia, no Saara, em Nova York ou na Penha. Não dependemos de nada, apenas da natureza, pois, “fazer” (perdoem a expressão) Ciência é basicamente observar a natureza, entender seus mecanismos e traduzir as suas leis de comportamento de modo adequado. Acreditem, no entanto, que, apesar de a natureza ser extremamente consistente naquilo que realiza, o exercício de observá-la e traduzir esse comportamento é extremamente difícil.

Vejamos por exemplo que as coisas andavam flutuando em oceanos, mares, rios, lagos, lagoas, até em pequenos tanques, por milênios, até que um dia Arquimedes observou esse fato e enunciou o seu princípio sobre o empuxo. Do mesmo modo, as laranjas, peras, maçãs e até jacas caíam das árvores no trabalho metódico e consistente da natureza até que um dia Sir Isaac Newton observou o fato e, certamente se perguntou, por que a maçã ao se soltar da árvore não ficou lá em cima ou saiu flutuando ou subiu em direção aos céus e, analisando o que vira, começou a escrever sobre a lei da gravidade.

Vemos, portanto, que não há necessidade de nada além de uma mente inquisitiva e os fatos da natureza para que se faça Ciência de ótima qualidade.

No caso da Tecnologia, isso é bem diferente. A Tecnologia é, ao contrário da Ciência, regional. Podemos comprovar isso observando os chamados pólos tecnológicos, como o Vale do Silício, na Califórnia; a região de Campinas para a Computação; os centros da EMBRAPA



Antonio Carlos de Freitas Pedrosa
Cel Av
PhD em Engenharia Mecânica, Diretor do
Instituto de Atividades Espaciais (1988-1990),
Senior Member of the American Institute of
Aeronautics and Astronautics (AIAA)
acdel@uninef.com.br

Johanna Billing
Missing Out
2001

TECNOLOGIA

para a Tecnologia Agropecuária; e São José dos Campos para a Tecnologia Aeroespacial, entre vários outros.

A Tecnologia nasce com o estabelecimento de um núcleo básico que começa a produzir um novo bem ou serviço e cresce com a agregação de novos segmentos ao núcleo de conhecimento. Normalmente, esses segmentos trazem o conhecimento de como fazer melhor e mais barato o produto e/ou serviço. Muitas vezes a Tecnologia necessita de ajuda do governo do país para se firmar como detentora do conhecimento de como fazer determinado produto ou de como fazê-lo com qualidade superior.

Novamente temos alguns exemplos a citar, tais como o de produção de vidro ótico nos Estados Unidos da América quando, durante a Primeira Guerra Mundial, aquele país viu-se em dificuldades, uma vez que o grande supridor de vidro ótico era a Alemanha e as entregas estavam suspensas. A solução foi simples e ao mesmo tempo extraordinária. O governo procurou uma empresa, naquela época ainda pequena, a Bausch & Lomb, e expôs à companhia as necessidades do país. Como para a produção de vidro ótico são necessários cadinhos de platina, o governo cedeu a platina existente em Fort Knox para a fabricação de cadinhos gigantes, ficando a Bausch & Lomb indenizada apenas as perdas por evaporação e, assim, foi produzido e comprado pelo governo um estoque de vidro ótico para várias décadas, além de sedimentar o conhecimento tecnológico de como fazer vidro ótico, ou seja, do aperfeiçoamento da engenharia do processo e da engenharia do produto.

Temos também no Brasil alguns exemplos de apoio do governo para ganho de conhecimento tecnológico, nota-

damente o Programa Espacial Brasileiro e a EMBRAER.

Eu gostaria de completar este artigo lembrando que o trabalho com o desenvolvimento tecnológico é um trabalho sem fim, todos os dias temos de visualizar novos mecanismos de apoio tecnológico e sempre com o cuidado de separar as empresas detentoras de novas tecnologias daquelas que buscam somente um apoio eventual para aumentar seus ganhos empresariais, e isto, este discernimento, nem sempre é fácil.

Vou citar aqui dois casos reais dos quais participei e que envolvem apoio tecnológico.

No primeiro caso, a Força Aérea Brasileira (FAB) tinha um produto: o conversor de oxigênio do A-1, que era enviado para a Itália a fim de ser recuperado, ficando por lá cerca de seis meses, o que nos custava “X” dólares por cada conversor. Propusemos fazer a revisão com uma empresa de São José dos Campos em trinta dias, ao preço de “X/2”, com as mesmas garantias do serviço. Levamos um bom tempo tentando convencer nossas autoridades de que podíamos realizar o serviço, sem sucesso, até que fizemos a seguinte proposta: “Nos cedam o conversor em pior estado e faremos o serviço gratuitamente e devolveremos pronto para o uso em trinta dias no máximo”. Só desse jeito conseguimos iniciar o serviço, que, pelo menos durante os dois anos seguintes em que tive contato com a empresa, continuava sendo prestado à FAB com o mesmo preço e qualidade.

Esses procedimentos, no entanto, são custosos para as empresas; um pouco mais de apoio pode ajudar a desenvolver não somente competência naquele campo, mas também em outros campos de atividade.

O segundo caso trata de canopi, mais especificamente da transparência do ca-

nopi, que, no caso do Tucano e do Xavante, foi fabricado em quase toda a sua totalidade por uma empresa brasileira prestadora de serviço para a EMBRAER. Neste caso, visualizamos que um serviço de polimento do canopi utilizando técnicas modernas, algumas delas desenvolvidas na própria empresa, e, portanto, parte de seu acervo tecnológico, poderia estender o período de vida do canopi de dez para vinte anos, sempre com a transparência em bom estado e ao mesmo custo de trocá-la com dez anos de uso.

O convencimento das autoridades sobre a eficácia da nova tecnologia foi, mais uma vez, difícil, e, neste caso, utilizamos uma transparência considerada condenada, devolvendo-a pronta para uso, com todas as medidas aferidas por ultra-som. Apesar de até já ter sido publicado um artigo sobre o serviço realizado em folheto informativo da Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico (DIRMAB), e de termos tocado no assunto algumas vezes, continuamos aguardando um aceso positivo para conversar sobre como implantar esse serviço.

Se tivermos sucesso na implantação do serviço estou certo de que ao final teremos a melhoria da engenharia do processo e do produto, além da economia de recursos da FAB.

Isto é apoio à Tecnologia nacional.

Para finalizar, relembro que não estou advogando uma posição tola de querer fazer tudo com tecnologia nacional. Existem leis de mercado, de escala de produção e de custo que devem ser observadas. Apenas quero lembrar que toda vez que tivermos a oportunidade de apoiar uma iniciativa séria de desenvolvimento da Tecnologia nacional devemos defendê-la com empenho, pois o caminho para implantá-la nunca será fácil ■

Planejamento de missões

Daniel Ferreira Manso
1º Ten Av
1º Esquadrão do 16º Grupo de Aviação

“Teatros de

O presente artigo busca explicitar e inter-relacionar as principais fases que constam do planejamento de uma missão de ataque inserida no contexto dos Teatros de Operações Modernos, bem como abordar algumas evoluções doutrinárias decorrentes de inovações tecnológicas ou intelectuais. Busca, também, mostrar como tal missão é contornada e permeada por diversos fatores de ordem tática e estratégica, e que a falta de planejamento coerente em qualquer nível decisório, certamente, produzirá conseqüências adversas às esperadas.

PALAVRAS-CHAVES

Planejamento de missão de ataque, *NCW (Network Centric Warfare)*, *EBO (Effects Based Operations)* e Teatros de Operações Modernos

Introdução

Desde a Segunda Guerra Mundial até aos conflitos atuais muito se alterou. Paradigmas, técnicas e táticas passaram por verdadeiras revoluções conceituais. Um exemplo de paradigma quebrado é o da navegação em baixas altitudes como melhor meio de incursão para qualquer situação tática. Recentes exemplos demonstram claramente que inúmeros artefatos de artilharia antiaérea, principalmente mísseis de ombro, normalmente baratos e de fácil manuseio, constituem a principal ameaça às aeronaves de ataque.

De acordo com Costa (2), durante a operação *Tempestade no Deserto* (Guerra do Golfo, 1991), as Forças de Coalizão perderam 17 aeronaves em bombardeio a baixa altitude nos sete primeiros dias. Diante dos fatos, o Comando da Força de Coalizão foi incisivo em determinar a maximização da sobrevivência do conjunto Piloto/Aeronave, em detrimento da eficiência dos sistemas de armamento. Assim, a partir da segunda semana de combate, os bombardeios passaram a ser realizados a média altitude. De acordo com GAO (5), foram efetuadas, nos 18 dias de vôo com missões de ataque a baixa altitude, aproximadamente, 27.000 decolagens e 65 aeronaves foram atingidas, estabelecendo a relação de um dano a cada 415 decolagens. Nos outros 25 dias de Campanha Aérea nos quais os ataques foram efetuados a média altitude, em 37.500 decolagens, 21 caças-

bombardeiros foram danificados, gerando a relação de um dano a cada 1.785 decolagens. Em números absolutos, os ataques a média altitude aumentaram em mais de quatro vezes o nível de sobrevivência de pilotos e aeronaves na Guerra do Golfo.

No que diz respeito aos novos conceitos operacionais, constata-se, dia após dia, que eles são implementados e implantados em novos ambientes conforme a operação citada anteriormente. Alguns dos exemplos desses novos conceitos operacionais são o *Network Centric Warfare – NCW* (7) e o *Effects Based Operations – EBO* (10).

Todos esses conceitos de nível estratégico, independentemente da nação que os utiliza, ou da abordagem escolhida, se desdobram em vários “*nós*” de nível tático, que, por sua vez, demandam definições conceituais e contextuais claras, como, por exemplo, a definição tática do cenário (simétrico, assimétrico etc.) que se espera encontrar, ou a fase específica do conflito (inicial, intermediária, final etc.), tudo isso para que se possa definir com objetividade o tipo de tática mais adequada a ser empregada (8).

“*Deve-se, portanto, buscar uma coerência entre as concepções de emprego e as tecnologias existentes, para alcançar a máxima sinergia no emprego do poder aéreo.*” (9) Posto isto, pode-se concluir que é “*sine qua non*” observar, especificamente no contexto das missões de ataque (*Strike Missions*), a fase do planejamento em seu escopo “*latu*”.

de ataque em diferentes Operações Modernos”

Partindo destes pressupostos, o presente artigo busca explicitar e inter-relacionar as principais fases constantes do planejamento de uma missão de ataque inserida no contexto dos Teatros de Operações Modernos.

Network Centric Warfare e Effects Based Operations

A *NCW*, ou Guerra Centrada em Redes, foi um conceito desenvolvido pelo Almirante Artur Cebrowski, da Marinha Americana (1), e é uma estrutura semelhante a uma rede de computadores onde os pontos desta rede são as plataformas (estação de terra, aeronaves, navios etc.) e seus sensores. Segundo seu conceptor, seu emprego possibilita alcançar melhores resultados e desenvolver novas missões, que antes do conceito não poderiam ser realizadas (3).

O emprego de *NCW* proporciona, dentre outras vantagens, maior (6):

- Capacidade de comando, controle e comunicação;
- Capacidade de identificação de amigo ou inimigo;
- Capacidade de combate;
- Capacidade de sobreviver;
- Autonomia dos vetores isolados;
- Interação entre os vetores;
- Consciência situacional.



Fig. 1 - Visão de um Teatro de Operações moderno em *NCW* (12)

Para alcançar seus objetivos, uma *NCW* necessita dos seguintes requisitos (4):

- Enlaces táticos de dados em alta velocidade;
- Programas de computadores;
- Integridade que garanta a inviolabilidade dos dados por assinatura eletrônica;
- Sigilo por comunicação segura (criptografia);
- Disponibilidade com redundância de meios;
- Comando descentralizado.

No tocante às Operações Baseadas em Efeitos (*Effects Based Operations – EBO*), uma das possíveis definições, de acordo com o artigo escrito pelo Major Jack Sine da *U.S. Air Force* (10), pode, em parte, ser traduzida a partir do trecho: “*À medida que amadurece o conceito de EBO, os efeitos destrutivos se tornam apenas um entre numerosos efeitos potenciais das armas. Armas de energia dirigida, armas não-letais e até armas virtuais, como vírus de computadores, ampliam a abertura dos efeitos dos armamentos*”.

Com isto, Sine aborda, fundamentado no artigo escrito pelo Cel. Timothy Sakulich (11), a singularidade do efeito destrutivo dentre os demais tipos de efeitos descritos abaixo:

1. Efeitos desejados nas capacidades do inimigo. Em seu artigo “*Dominant Effects: Effects-Based Joint Operations*”, Edward Mann desdobra esta definição em efeitos diretos, ou de primeira ordem. Os efeitos diretos desejados, como destruir um gerador de energia, são mensuráveis e tendem a ser imediatamente óbvios. Efeitos indiretos desejados, como incapacitar bombas e filtros de água ao destruir o gerador de energia que os faz funcionar, ocorrem por meio de um sistema de conexões de causa e efeito.

2. Efeitos desejados nas avaliações e ações do inimigo se referem a efeitos no processo de tomada de decisão do inimigo. Por exemplo, em decorrência de sucessivos ataques contra centrais termoeletricas em Bagdá, os geradores de energia tiveram de ser desligados para que novas incursões fossem evitadas. Estes efeitos não ocorrem necessariamente por meio de um sistema formal estruturado, e podem ser ou não mensuráveis ou previsíveis.

3. Efeitos não desejados equivalem a danos colate-



Fig. 7 - Forward Looking Infra Red – Flir (13)

Conclusão

A missão de ataque inserida nos Teatros de Operações Modernos, como se pôde observar, é contornada e permeada por diversos fatores de ordem tática e estratégica.

A falta de planejamento coerente em qualquer nível decisório, certamente, fará com que os objetivos almeja-

dos não sejam alcançados. Da mesma forma, observa-se que a ausência ou a deficiência de sistemas computacionais integrados e dotados de recursos de inteligência artificial prejudica ou, até mesmo, inviabiliza o planejamento adequado em face da quantidade de variáveis e de informações contidas em todo o processo.

O mito de que somente as navegações a baixa altitude e em altas velocidades poderiam garantir sobrevivência ao conjunto Piloto/Aeronave foi suplantado. Fica claro que, atualmente, a sobrevivência só será obtida por meio de planejamento abrangente e coerente.

Deve-se, portanto, pautado em experiências obtidas por meio de conflitos recentes, conforme o citado na introdução deste artigo, “(...) buscar uma coerência entre as concepções de emprego e as tecnologias existentes (...)”, criteriosamente explicitadas e sistematizadas nas seções 2 e 3, “(...) para alcançar a máxima sinergia no emprego do poder aéreo” (9), ou seja, pode-se concluir que é “*sine qua non*” considerar, especificamente no contexto das missões de ataque (*Strike Missions*), a fase do planejamento em seu escopo “*latu*”, sob pena, no caso de omissão, equívoco ou inobservância de alguns dos aspectos mencionados, de se deparar com efeitos adversos aos esperados ou desejados ■

REFERÊNCIAS

- (1) Cebrowski, Arthur K. and John J. Garstka. *Network centric warfare: its origins and future*. **U.S. Naval Institute Proceedings**. Annapolis: US Naval Institute, Jan, 1998.
- (2) Costa, Cláudio Silva. Altura de lançamento nas missões de ataque ao solo: precisão versus sobrevivência. Rio de Janeiro: ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS DA AERONÁUTICA. (Trabalho de Especialização) 2006.
- (3) Department of Defense. *Network centric warfare. Report to Congress*. Washington, DC: DOD, Jul, 2001.
- (4) Dias, João Cândido Marques. *Network centric warfare*. **Revista Passadiço**. Rio de Janeiro: CAAML, 2006. p. 44-47
- (5) General Accounting Office. *Operation desert storm: evaluation of the air campaign*. **National Security and International Affairs Division**. Washington, DC: DOD, 1997. p. 97-134
- (6) Guimarães, CC (FN). Evolução do material do combatente. **Revista Âncora e Fuzis**. Rio de Janeiro: CFNM, 2007. p. 6-7
- (7) Guimarães, Edson Fernando da Costa. *Network centric warfare: uma revolução no campo de batalha*. **Revista Spectrum**. Brasília: COMGAR, 2000. p. 14-16
- (8) Office of Force Transformation. *The implementation of network centric warfare*. <http://www.oft.osd.mil/library/library_files/document_387_NCW_Book_LowRes.pdf> **Office of the Secretary of Defense**. Washington, DC: DOD, Jan 2005. Acessado em 01/09/2007.
- (9) Ribeiro, Nancelio Ramos. O impacto das concepções e tecnologias no preparo e emprego da Força Aérea Brasileira. **Revista Spectrum**. Brasília: COMGAR, 2000. p. 7-10
- (10) Sine, Jack. Definir arma de precisão em termos de basear-se em efeitos. <<http://www.airpower.maxwell.af.mil/apjinternational/apjp/>> **Air & Space Power Journal em Português**. Alabama: Maxwell AFB, 2006. Acessado em 16/08/2007.
- (11) Timothy, J. Sakulich. *Precision engagement at the strategic level of war*. **Guiding Promise or Wishful Thinking Occasional Paper n 25**. Alabama: Air War College, Dez, 2001. p. 11-15
- (12) <https://wrc.navairrde.navy.mil/warfighter_enc/Facility/VPF/images/IBARNCW.JPG> Acessado em 01/09/2007.
- (13) <<http://www.airsceneuk.org.uk>> Acessado em 01/09/2007.
- (14) <<http://www2.flirthermography.com>> Acessado em 01/09/2007.

Resgatando a História

Mário Kallfelz
Cel. Av.
ikallfelz@uol.com.br

Em oito de dezembro de 2007, no Cine Catalina da Base Aérea de Belém, aconteceu a Primeira Assembleia Geral Ordinária da Associação Brasileira de Catalineiros (ABRA-CAT), da qual tive a grata satisfação de participar.

Num País como o nosso, que pouco ou nada cultua sua História e seus personagens, foi muito emocionante constatar que na Força Aérea formou-se uma Associação com o objetivo de recuperar, com muito orgulho, um passado de venturas e desventuras daqueles que se doaram para tornar a população da Amazônia mais brasileira, mais apoiada, mais protegida e mais integrada.

Formada por Oficiais Aviadores, Sargentos Mecânicos e Radiotelegrafistas de Vôo, tripulantes do já lendário PBY CA-10 Catalina, a ABRA-CAT conta também com os companheiros que faziam voar: os qualificados e dedicados homens da manutenção. Participam, ainda, da ABRA-CAT outros “*fabianos*”, que, por sua pouca idade, não tiveram contato com o Catalina, mas, sabedores dos seus feitos, incorporaram o “*Espírito Catalineiro*”.

Para Patrono da ABRA-CAT, várias pessoas que muito se dedicaram à Amazônia, foram lembradas. Por aclama-

ção foi eleito um homem íntegro, sonhador e realizador, piloto hábil e intrépido – dizia-se que seu Anjo da Guarda havia se demitido do cargo – com seu quepe usado de banda, e dono de um característico aperto de mão: o Tenente-Brigadeiro-do-Ar João Camarão Telles Ribeiro.

No encontro, missões incríveis foram lembradas, muitas heróicas, algumas cômicas e pitorescas, mas todas marcadas pela total dedicação ao árduo e efetivo trabalho desenvolvido em favor das populações esquecidas daquela região.

Em oito de dezembro de 2007, no Cine Catalina da Base Aérea de Belém, não foi virada mais uma página gloriosa da História da Força Aérea Brasileira (FAB) na Amazônia. Na realidade, foi escrita a primeira página de um livro de recordações, redigida a muitas mãos por um grupo de veteranos que se doaram totalmente a seu próximo, com o propósito de, entre outros, legar exemplos de profissionalismo, ética, caráter e amor ao trabalho desenvolvido pela FAB, em favor dos desvalidos da Amazônia verde... e amarela.

Catalineiros, sem falsa modéstia, de alguma forma, **NÓS FIZEMOS A DIFERENÇA!** ■



Visões do



Grandes episódios na História de uma nação, frequentemente, oferecem variados pontos de vista à reflexão e à interpretação.

Não é diferente com o Correio Aéreo Nacional (CAN): a magnitude de sua atuação é de tal porte, que expandiu sua influência para muito além dos limites da corporação militar que o criou. O CAN consubstanciou-se, em verdade, na expressão de um povo determinado a marcar sua presença em todos os quadrantes da terra que seus antepassados conquistaram e lhe transmitiram.

O Correio Aéreo Militar, estabelecido pelo Exército Brasileiro, e o Correio Aéreo Naval, mantido pela Marinha do Brasil, foram preciosos vetores de cidadania, imprimindo continuidade, em certo sentido, ao impulso integrador das entradas e bandeiras de séculos atrás. Pilotos, mecânicos, radiotelegrafistas e outros profissionais de apoio foram bandeirantes de um novo tempo, em que a obsessão de arrebatar as esmeraldas do

interior das selvas foi substituída pelo tenaz compromisso de levar civilização aos mais remotos pontos da Pátria. Pedro Teixeira, Raposo Tavares e Rondon não foram esquecidos...

Com a criação do Ministério da Aeronáutica, em 1941, e a conseqüente fusão dos meios aéreos da Marinha e do Exército, o Correio Aéreo Nacional passou a atuar, preservando os ideais plantados pelas Forças co-irmãs e assegurando a continuidade de sua ação em prol da estabilidade e do entendimento nacional. Ao estudar-se o CAN, decorre de início a percepção de uma faceta da mais alta relevância: a dimensão estratégica de sua atuação. A semeadura dos campos de pouso e a continuidade das linhas estabeleceram um verdadeiro “*escudo estratégico*”, principalmente na Amazônia, implantando vultosa malha de pontos de apoio, que, ao mesmo tempo, contribuiu para o progresso e para o fortalecimento da defesa nacional.

A vocação do povo brasileiro não é a de ameaçar; é a de estender a mão (mes-

mo que alguns supostos historiadores, vítimas de seus antolhos ideológicos, busquem os holofotes da notoriedade ao arquitetar fantasiosas teorias revisionistas da História). Mas o repúdio à guerra de conquista não pode jamais tolher a capacidade de defesa de um país. Assim, a criação de uma ampla rede de aeródromos, destacamentos e campos de apoio, essencialmente pela Comissão de Aeroportos da Região Amazônica, constituiu-se em vacina contra a vulnerabilidade dos vastos espaços amazônicos. Quando existem riquezas e quando emergem coibiças, todo vazio é perigoso.

Outra visão, ao se refletir sobre as características do CAN, é o aspecto da integração sócio-cultural. O avião do Correio levava o remédio, mas também o *long-play* de Emilinha Borba e a última edição de *O Cruzeiro*... O Brasil, generoso, coeso, com seus sotaques, seus temperos e seus ritmos, fazia-se presente, provando que o idioma, a bandeira e a certeza de que aqui habita um só povo são elementos inegociá-

Correio



veis para os verdadeiros brasileiros, de nascimento ou de coração.

Diversas outras visões, certamente, podem ser extraídas das páginas da História do CAN, de seu passado e seu presente. Logística, Saúde, Educação, entre outros, são importantes enfoques presentes no conjunto de atividades realizadas.

Mas quero também agregar outra faceta: a aventura. E, modestamente, gostaria de compartilhar com os leitores uma experiência por mim vivida, sabendo muito bem que os antigos (e alguns mais novos) vivenciaram episódios mais significativos do que este que passo a relatar...

Em 1981, servindo como primeiro-tenente no glorioso 1º Esquadrão de Transporte Aéreo, sediado em Belém, cumpria missão do CAN na região do Rio Juruá, no Amazonas. Comandava o C-47 2033, que já havia sido avião presidencial de Getúlio Vargas. Na passagem por Eirunepé, ganhei de presente uma bela tartaruga. Decolei de Carauari com destino a Tefé. Alcancei a altitude de cruzeiro (3.000 pés), nivelei, pedi

aquele cafezinho feito há quatro dias e estava lá, distraído, quando repentinamente o motor direito pipocou fortemente e perdeu potência. Executei o procedimento de emergência para falha de motor, ajudado pelo meu co-piloto, o Tenente Boente, sem sucesso. É que um dos dois pratos de ressaltos do motor se havia estilhaçado por fadiga, deixando o motor funcionando a baixíssima potência e causando forte arrasto.

Embaixei a hélice, cortei o motor em pane e compensei o avião, com o outro motor em potência máxima contínua. Embora nosso peso de decolagem tivesse sido menor que o previsto para aquelas condições, o avião não se manteve nivelado. Começou a perder altura sobre a selva fechada. Nenhum rio por perto; quase podia ver os macacos, lá embaixo, chamando-nos para as árvores.

Chamei o mecânico, um suboficial dos mais gabaritados do Esquadrão:

– *Esmério, joga tudo o que for superfluo pra fora!*

Ele assentiu e zuniu para trás. Alguns minutos se passaram e o avião continuou afundando. Esmério voltou à cabine e eu gritei-lhe:

– *Joga algumas malas também!*

Ele foi para trás e, alguns minutos depois, a aeronave parou de afundar. Estávamos a uns 100 pés sobre a floresta, voando entre 95 e 100mph, velocidade de aproximação final para o Dakota. A temperatura do motor remanescente estava no limite entre a faixa amarela e a vermelha. Mas o valoroso Dakota, herói da Segunda Guerra Mundial, agüentou!

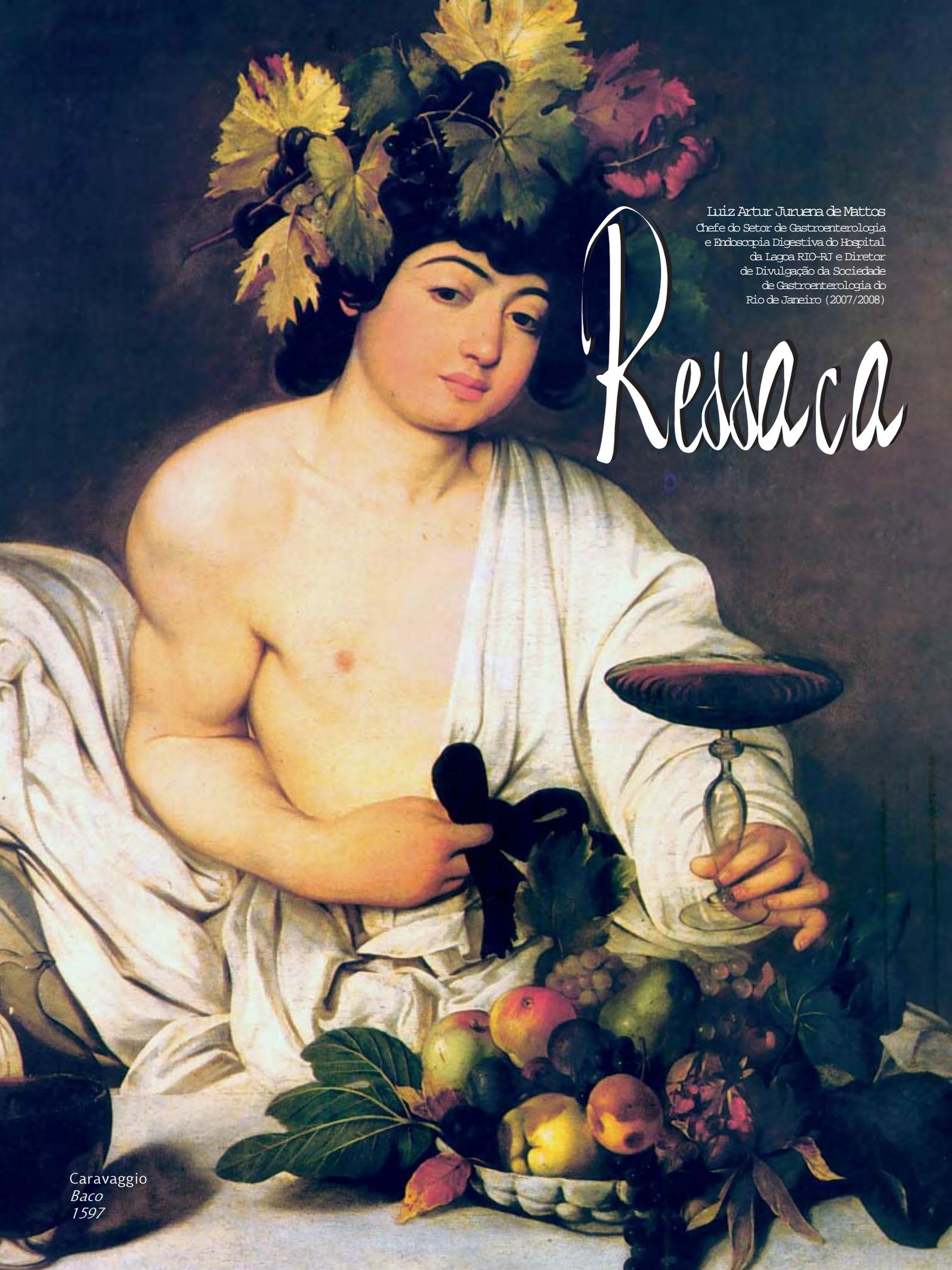
Voamos assim durante uma hora e exatos sete minutos. Pousei em Tefé, cortei o motor e parei o avião no centro da pista, pois não tinha como taxia-lo. Passageiros vinham nos agradecer por tê-los salvo, chorando. Perguntei ao Esmério:

– Quantas malas você alijou?

– Umás cinco ou seis.

– E cadê a minha tartaruga?

– Ih, Chefe, enquadrei a criatura como superflua!!! ■



Luiz Artur Junuena de Mattos
Chefe do Setor de Gastroenterologia
e Endoscopia Digestiva do Hospital
da Lagoa RIO-RJ e Diretor
de Divulgação da Sociedade
de Gastroenterologia do
Rio de Janeiro (2007/2008)

Ressaca

Caravaggio
Baco
1597

O que é ressaca?

É um mal-estar comum ao dia seguinte à ingestão de volumes excessivos de bebidas alcoólicas.

Por que ela ocorre?

A Ressaca é o resultado da intoxicação pelo álcool ingerido em excesso. Os sintomas acontecem em decorrência de uma série de alterações no organismo, especialmente no fígado, no cérebro, no coração, nos rins e no sistema nervoso central, sendo os principais sintomas Sede, Dor de Cabeça, Hipersensibilidade à luz e ao som, Fadiga, Náuseas, Vômitos e Falta de Apetite.

A quantidade de álcool influencia na Ressaca?

Em geral a Ressaca costuma ocorrer em pessoas que ingerem álcool em grande volume.

Por que a Ressaca só aparece no dia seguinte?

A noite de quem bebeu muito é, em geral, mal dormida, daí porque os efeitos do excesso de álcool produzindo a Ressaca costumam manifestar-se na manhã seguinte, após a metabolização do álcool.

Misturar bebidas intensifica a Ressaca?

Sim! Bebidas alcoólicas variadas (fermentadas e destiladas) apresentam substâncias diferentes e, quando combinadas, podem resultar em sintomas de Ressaca mais intensos.

Por que quem bebe vai ao banheiro com frequência?

Normalmente produzimos um hormônio que inibe a produção rápida de urina, chamado hormônio antidiurético. O álcool inibe a formação do hormônio, o que leva o indivíduo a urinar várias vezes, contribuindo para a desidratação, que costuma ocorrer nesses casos.

E a explicação para o gosto ruim na boca e a sede no dia seguinte?

Cerca de 70% do álcool ingerido é absorvido pelo estômago e cerca de 30% pelo intestino delgado. A irritação gástrica provoca náusea, vômito e o gosto ruim na boca. A desidratação que o álcool ocasiona, provoca a sede.

Existem pessoas que não têm ressaca?

Sim! Há pessoas que bebem muito e não apresentam Ressaca, enquanto outras têm Ressaca após ingestão de pequenas doses de álcool.

Os homens têm realmente mais resistência ao álcool?

Sim! As mulheres são mais susceptíveis aos efeitos do álcool pela menor atividade de uma enzima, a Álcool Desidrogenase, desenvolvendo lesões no fígado mais graves, em menor tempo e em doses mais baixas quando comparadas ao homem.

Não é raro ouvirmos que Ressaca se cura com mais álcool. Isso procede?

Não! Beber mais álcool pode fazer com que os sintomas pareçam diminuir, mas apenas fará com que a situação piore assim que o fígado metabolize o álcool, pois esse órgão terá ainda mais toxinas para processar.

Beber água durante a bebedeira diminui os riscos do mal-estar do dia seguinte?

Sim! Como medida preventiva aconselha-se beber um copo de água para cada dose de álcool, com o intuito de atenuar os efeitos da bebida, dando mais tempo ao organismo para desdobrar o álcool (o organismo pode processar apenas cerca de 20 mililitros de álcool a cada hora).

E beber de estômago vazio aumenta a Ressaca? Por quê?

Sim! Se você ingere o álcool de estômago vazio, o álcool é absorvido de forma mais rápida e, conseqüentemente a chance de ter Ressaca se você beber demais é maior.

Chupar uma bala, tomar uma colher de azeite, Engov, água de coco, são dicas que ouvimos por aí para não ter o mal-estar do dia seguinte. O que é realmente mito e verdade?

É verdade que uma colher de sopa de azeite de oliva pode minimizar os efeitos do álcool, fato usado corriqueiramente pelos habitantes dos países do Mediterrâneo. Alimentar-se antes de beber também é uma boa estratégia. Deve-se evitar o uso de sal de frutas antes ou depois do álcool, pois a maioria apresenta em sua composição o Ácido Acetil Salicílico, que é irritante do estômago.

O que fazer durante a bebedeira para evitar a Ressaca? Existe mesmo alguma fórmula?

Não existe fórmula mágica para evitar a Ressaca (a não ser que não se ingiram bebidas alcoólicas). Deve-se beber com moderação, nunca de estômago vazio, e com copos de água intercalados com as doses de álcool, evitando-se misturar bebidas alcoólicas e nunca dirigindo após excesso de álcool.

Quais as dicas para aliviar a Ressaca no dia seguinte?

O melhor remédio para combater a Ressaca é ingerir bastante líquido (desde que não seja álcool...). A ingestão de água dilui o álcool e facilita o trabalho do fígado e dos rins na hora de eliminar as toxinas. Acrescentar sal e açúcar à água (soro caseiro) ajuda a repor o sódio e a glicose perdidos na noite anterior. Bebidas ditas esportivas (que repõem eletrólitos, sal e açúcar), descafeinadas e sem gás podem também ser úteis. Outras condutas válidas são a ingestão de sucos de fruta, além de refeições leves durante o dia, remédios contra náuseas, vômitos e analgésicos em pequenas doses, além de repouso ■

O sagrado e o

Severo Hryniewicz
Professor de Filosofia
da Faculdade João Paulo II
severo@fgv.br

Um dos mais renomados estudiosos do fenômeno religioso, o romeno Mircea Eliade, defende a tese de que, por mais que se proclame a-religioso ou ateu, o homem não deixa de ter, no fundo, algum tipo de vivência do sagrado. Tal vivência não se dá, necessariamente, em pessoas formalmente ligadas às religiões tradicionais, nem por meio de manifestações, ou ritos que lhe são próprios, tais como: a frequência à missa, por parte de um católico; a um culto dominical, por parte de um luterano; a oração diária (“*salât*”), por parte de um muçulmano ou o jejum de um judeu no dia do “*Iom Kipur*”.

Segundo Eliade, a experiência da religiosidade ocorre de modo muito sutil, mesmo com aquelas pessoas que se proclamam “*sem-religião*”. Para entendermos melhor essa experiência, precisamos verificar como nosso autor entende o sagrado.

Segundo ele, o sagrado está vinculado a uma dimensão, a um modo de olhar o mundo que se opõe ao profano. Trata-se de um olhar “*diferente*”, não corriqueiro para coisas, acontecimentos, datas, pessoas etc. Nesse “*olhar diferente*”, o sagrado se manifesta como algo que aponta para um plano especial, não redutível ao objeto, ao tempo, à pessoa em torno do qual ele “*acontece*”. Assim, por exemplo, se o “*olhar profano*” percebe a pedra simplesmente como

uma coisa natural, que pode ser útil para construir uma casa ou para ser arremessada contra um alvo, o “*olhar sagrado*” reconhecerá nela um meio de manifestação de alguma força poderosa, especial, que poderá modificar o ritmo natural dos acontecimentos. Sagrado, portanto, é tudo aquilo que “*coloca*” o homem diante de uma realidade não-natural, revestida de um “*toque*” do sublime, do indizível, inefável, e – por que não? – ameaçador. Faz o homem sentir um “*outro lado*”, que não se confunde com a banalidade das coisas e dos acontecimentos do dia a dia.

Voltando seu olhar para a História das sociedades, Mircea Eliade insiste na tese de que não há uma sociedade sequer que possa ser classificada como a-religiosa ou atéia. Desde tempos imemoriais, todas as sociedades humanas conhecidas tiveram algum tipo de experiência do sagrado. Incontáveis são os modos como o sagrado esteve e está presente na vida dos diversos povos. O culto às “*alturas celestes*”, por exemplo, que revela a predisposição para buscar a eternidade, a transcendência, a infinitude; para ultrapassar os limites do plano reto, baixo, simples. Por isso, os deuses habitam os “*céus*” e os fenômenos meteorológicos são manifestações das divindades que habitam “*lá em cima*”. A esse culto às alturas celestes está associado o ritual de subir a escadaria de um templo ainda hoje.

Outro exemplo, ainda, é o da necessidade de indicar-se um “*centro*”,

um ponto fixo, uma referência no mundo. O centro do mundo se apresenta como fenda, uma espécie de eixo que liga terra e céus. É muito comum, especialmente nas manifestações religiosas mais tradicionais, atribuir a um determinado local o privilégio da centralidade do mundo. Muitos, por exemplo, viajam para a Ilha de Páscoa, Machu Picchu ou Stonehenge, para conhecer o “*umbigo*” do mundo. Ver uma pedra como centro do universo, certamente, significa olhar de forma “*diferente*” o objeto pedra.

Além disso, ainda há formas diferentes de olhar e viver o tempo. Há dois tipos de tempo: um é o tempo profano, do trabalho, do lazer e das demais ocupações cotidianas; outro é o tempo sagrado, no qual ocorrem fatos especiais. Trata-se do momento de revivescimento de um acontecimento mágico no passado, que é responsável pelo que acontece agora, ou o momento de antecipação de um futuro favorável, como é o caso do momento da passagem de ano, que se não for devidamente respeitado e vivenciado, corre-se o risco de “*tudo dar errado*” no ano que se inicia.

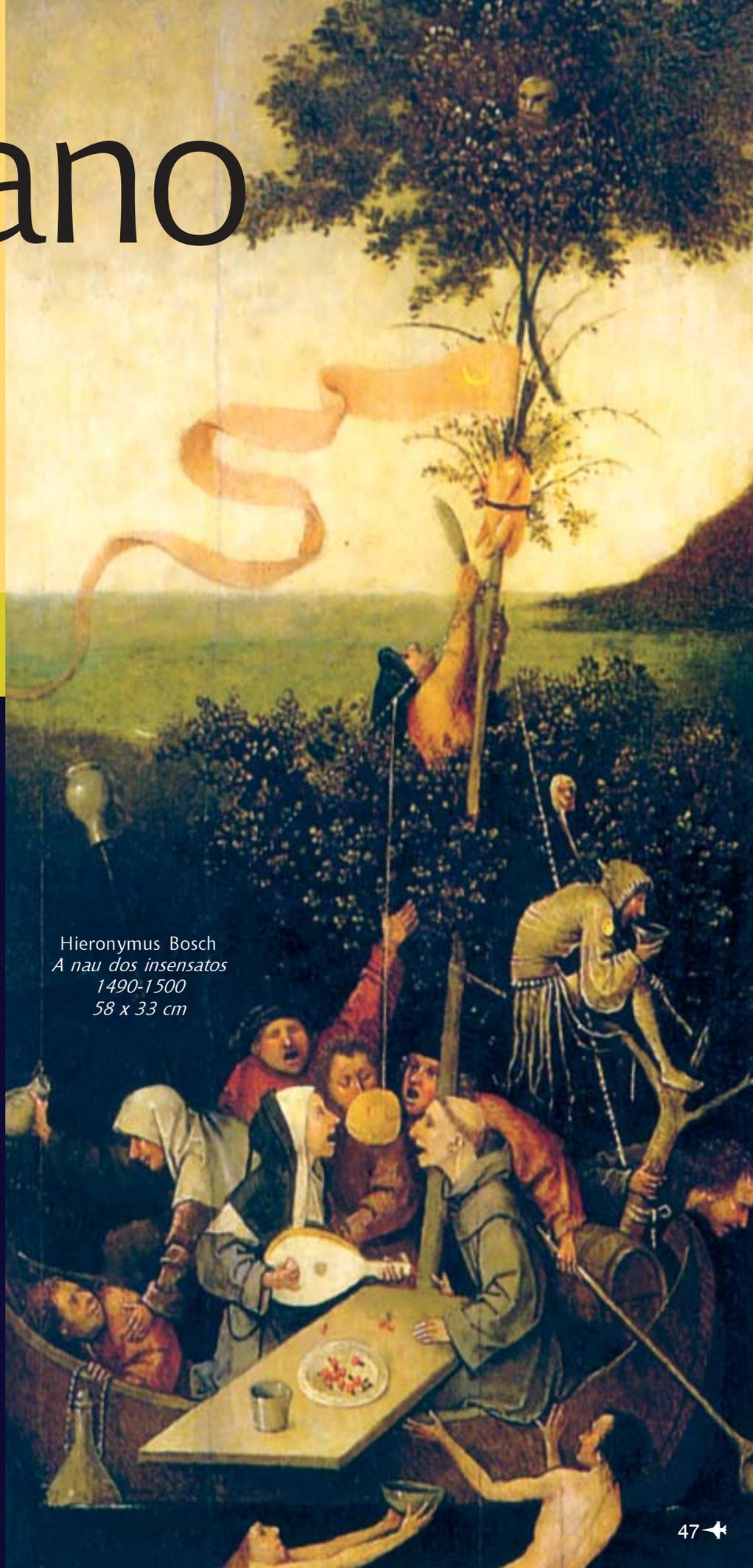
Citando, ainda, outras formas de experiência do sagrado, o estudioso romeno chega à conclusão de que o Homem religioso antecedeu o Homem não religioso ou ateu. Segundo ele, o fenômeno do ateísmo ou da irreligiosidade é relativamente novo na História da Humanidade. A atual “*recusa do sagrado*” por parte de muitos está fundamentada na cega con-

profano

fiança na razão, na tecnologia e no poder mágico do dinheiro e das mercadorias por ele adquiridas para solucionar todas as dificuldades e inseguranças próprias do ser humano. Contudo, não parece ter, esta aparente recusa, definitivamente apagado as “*marcas do sagrado*” no Homem.

Mesmo no Homem que se diz a-religioso, há uma série de comportamentos que representam as marcas vivas da experiência do sagrado e que, de certo modo, mostram seu irremediável aprisionamento à experiência religiosa, vivida sem rodeios em tempos passados e hoje recusada por uma espécie de “*vergonha da razão*”. Vejamos a presença de algumas “*marcas do sagrado*” também naquele que se diz avesso à religião: ele participa de rituais de passagem, como a festa de aniversário ou de Ano Novo; comemora a inauguração da sede de uma empresa ou da instalação de sua nova casa; participa do ritual, mesmo que civil, de casamento; festeja o nascimento de uma criança ou a obtenção de um novo emprego ou, ainda, a conquista de um troféu esportivo.

Trata-se de uma herança que todos carregamos. Também o Homem a-religioso descende do Homem religioso e, mesmo que de forma inconsciente, conserva comportamentos que seus antepassados cultivaram abertamente. Esses comportamentos não possuem mais a pompa religiosa que possuíam, mas não deixam de ser rastros do sagrado em sua alma ■



Hieronymus Bosch
A nau dos insensatos
1490-1500
58 x 33 cm

